

Exm^o. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
do Entroncamento

Nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013, – lei das competências dos órgãos autárquicos – venho apresentar a V^a. Ex.^a e à digníssima Assembleia uma informação acerca da atividade do município e bem assim da sua situação financeira.

1. Atividade do município

A atividade municipal do período que decorreu entre a sessão de junho de 2016 da Assembleia Municipal e a presente sessão, tem vindo a desenvolver-se dentro das competências legais e de acordo com as previsões efetuadas pela Câmara Municipal, estatuídas, designadamente no seu Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Refiro de seguida algumas das atividades e intervenções mais significativas ocorridas neste período.

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E OBRAS

EMPREITADAS:

-Empreitada de “Mercado Municipal – Alteração de Parede Interior”

(Ajuste Direto - J/15)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 3.392,00 (IVA incluído) / (MIRATERRA – Obras Públicas, Lda.);
- Prazo de Execução: 03 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 20 de novembro de 2015;
- Adjudicado em 04 de dezembro de 2015;
- Auto de Consignação: 05 de janeiro de 2016;
- Auto de medição nº. 1 de trabalhos contratuais aprovado em 20 de janeiro de 2016;
- Auto de Revisão de Preços (provisório) aprovado em 20 de janeiro de 2016;
- Auto de vistoria e receção provisória homologado em 29 de janeiro de 2016;
- Conta final da empreitada (provisória) homologada em 29 de janeiro de 2016.

- Empreitada de “Conservação da Rede Viária – Rua 1ª. de Dezembro e Rua do Casal Melão”

(Ajuste Direto - L/15)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 31 051,64 (IVA incluído) / (Sociedade de Construções Elimur, Lda.);
- Prazo de Execução: 15 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 03 de dezembro de 2015;
- Adjudicado em 07 de dezembro de 2015;
- Contrato assinado em 15 de dezembro de 2015;
- Auto de Consignação: 15 de dezembro de 2015;
- Auto de medição de trabalhos contratuais nº. 1, aprovado em 27 de dezembro de 2015;
- Auto de Revisão de Preços nº. 1 (provisório): 11 de janeiro de 2016;
- Auto de vistoria e receção provisória: 11 de janeiro de 2016;
- Conta final da empreitada (provisória): em 11 de janeiro de 2016;
- Conta final da empreitada (definitiva) aprovada em 02 de fevereiro de 2017;
- Auto de revisão de preços n.º 2 (definitiva) aprovado em 02 de fevereiro de 2017.

- Empreitada de “Cemitério Municipal – Ampliação – Fase 2”

(Ajuste Direto - A/16)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 102 184,82 (IVA incluído) / (ECOEDIFICA – Ambiente e Construções, S.A.);
- Prazo de Execução: 120 dias;
- Deliberação de abertura de procedimento: 04 de fevereiro de 2016;
- Adjudicado em 29 de março de 2016;
- Contrato assinado em 27 de abril de 2016;
- Auto de Consignação em 28 de abril de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 1, aprovado em 06 de junho de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 2, aprovado em 18 de julho de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 3, aprovado em 01 de agosto de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 4, aprovado em 05 de setembro de 2016;
- Pedido de prorrogação de prazo até 28 de outubro de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 5, aprovado em 17 de outubro de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 6, aprovado em 07 de novembro de 2016;
- Conta final da empreitada (provisória) aprovada em 05 de dezembro de 2016;
- Auto de medição de trabalhos a menos n.º 2, aprovado em 05 de dezembro de 2016;
- Auto de revisão de preços n.º 2 (provisória) aprovado em 05 de dezembro de 2016;
- Auto de Vistoria e receção provisória, aprovado em 19 de dezembro de 2016.

- Empreitada de “Execução da nova Escola EB 2/3 Dr. Ruy d’Andrade – Correção de Defeitos”

(Ajuste Direto - B/16)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 67 890,99 (IVA incluído) / (J. C. BARTOLOMEU II, Construções, Lda);
- Prazo de Execução: 60 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 01 de junho de 2016;
- Adjudicado em 11 de julho de 2016;
- Contrato outorgado em 24 de agosto de 2016;
- Auto de Consignação homologado em 08 de novembro de 2016.

- Empreitada de “Requalificação do Jardim junto à Rua Eng.º Henrique Gomes da Silva - Pavimentos”

(Ajuste Direto - C/16)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 15 109,03 (IVA incluído) / (MIRATERRA – Obras Públicas, Lda.);
- Prazo de Execução: 30 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 01 de junho de 2016;
- Adjudicado em 13 de julho de 2016;
- Auto de Consignação homologado em 12 de outubro de 2016;
- Prorrogação de prazo até 18 de novembro de 2016;
- Auto de Medição de trabalhos contratuais – situação n.º 1, aprovado em 22 de dezembro de 2016;
- Conta Final da empreitada (provisória) aprovada em 22 de dezembro de 2016;
- Auto de Vistoria e receção provisória aprovado em 22 de dezembro de 2016.

- Empreitada de “Cemitério Municipal – Manutenção e Pavimentos”

(Ajuste Direto - E/16)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 15 157,43 (IVA incluído) / (ECOEDIFICA – Ambiente e Construções, S.A.)
- Prazo de Execução: 20 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 15 de julho de 2016;
- Adjudicado por despacho de 09 de agosto de 2016;
- Auto de Consignação homologado em 19 de agosto de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos Contratuais n.º 1, homologado em 08 de setembro de 2016;
- Auto de Revisão de Preços (provisório) homologado em 17 de novembro de 2016;
- Auto de Vistoria e Receção Provisória homologado em 17 de novembro de 2016;
- Mapa Resumo da Conta final da empreitada (provisória) homologada em 17 de novembro de 2016.

- Empreitada de “Recuperação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”

(Concurso Público - D/16)

- Valor dos trabalhos contratuais: 502 049,61 (IVA incluído) / (Canas Engenharia e Construção, SA);
- Prazo de Execução: 240 dias;
- Deliberação de abertura de procedimento: 18 de julho de 2016;
- Adjudicado em 27 de dezembro de 2016;
- Contrato celebrado em 25 de janeiro de 2017;
- Consignação agendada para dia 15 de fevereiro de 2017.

- Empreitada de “Requalificação do Jardim junto à Rua Eng.º Henrique Gomes da Silva – Trabalhos Preparatórios”

(Ajuste Direto - F/16)

- Valor dos Trabalhos Contratuais: € 8 160,09 (IVA incluído) / (MIRATERRA - Obras Públicas, Lda.)
- Prazo de Execução: 20 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 25 de agosto de 2016;
- Adjudicado por despacho de 08 de setembro de 2016;
- Auto de Consignação homologado em 12 de outubro de 2016;
- Auto de Medição de Trabalhos contratuais n.º 1, homologado em 02 de novembro de 2016;
- Auto de vistoria e receção provisória, homologado em 08 de novembro de 2016;
- Mapa Resumo da Conta Final, homologado em 08 de novembro de 2016.

- Empreitada de “Requalificação do Bairro Municipal da Rua General Humberto Delgado – Blocos G-H-I-J”

(Concurso Público - G/16)

- Valor dos trabalhos contratuais: € 328 516,57 (IVA incluído) / (Obrimofer Construções Unipessoal, Lda.);
- Prazo de Execução: 240 dias;
- Deliberação de abertura de procedimento: 19 de setembro de 2016;
- Adjudicado em 25 de novembro de 2016;
- Contrato assinado em 09 de dezembro de 2016;
- Auto de Consignação em 19 de dezembro de 2016;
- Auto de Medição de trabalhos – situação n.º 1, aprovado em 06 de fevereiro de 2017.

- Empreitada de “Requalificação de Espaços Verdes – Entroncamento – Largo da Fraternidade, Rua José Afonso e Rua Cidade de Penafiel”

(Concurso Público - A/17)

- Estimativa dos Trabalhos: € 461 428,47 + IVA;
- Prazo de Execução: 240 dias;
- Deliberação de abertura de procedimento: 16 de janeiro de 2017;
- Em fase de análise de Erros e Omissões.

- Empreitada de “Execução de Ciclovia – Freguesia de S. João Baptista”

(Concurso Público - B/17)

- Estimativa dos Trabalhos: € 625 621,08 + IVA;
- Prazo de Execução: 240 dias;
- Deliberação de abertura de procedimento: 16 de janeiro de 2017;
- Em fase de entrega de listas de Erros e Omissões.

- Empreitada de “Conservação da rede viária – Rua José Saramago, Rua Duque de Saldanha, Travessa de ligação entre a Rua Duque de Saldanha e a Rua do Forno do Grilo, Rua José Afonso e Rua Leonardo da Vinci e Travessa de ligação entre a Rua José Afonso e a Rua Isabel Falcão Trigoso”

(Ajuste Direto - C/17)

- Valor dos trabalhos contratuais: € 114 480,00 (IVA incluído) / (António Rodrigues Capela & Filhos, Lda.);
- Prazo de Execução: 60 dias;
- Aguarda decisão de adjudicação.

- Empreitada de “Requalificação do Arruamento Bonito/limite do concelho (Atalaia)”

(Ajuste Direto - G/17)

- Estimativa dos Trabalhos: € 67 200,00 + IVA;
- Prazo de Execução: 90 dias;
- Despacho de abertura de procedimento: 02 de fevereiro de 2017;
- Em fase de entrega de listas de Erros e Omissões.

Setor de Apoio Administrativo

		novembro/2016
<i>OBRAS PARTICULARES</i>		
Certidões de Teor/Narrativas		
Emitidas	Nº	19
Processos de Loteamento		
Apresentados	Nº	0
Alvarás de Loteamento/Aditamentos emitidos	Nº	0
Processos de Obras Particulares		
Apresentados	Nº	3
Alvarás de Licença/Autorização/Comunicação Prévia emitidos	Nº	11
Processos de Vistoria		
Apresentados	Nº	4
Alvarás de Autorização de Utilização emitidos	Nº	11
Marcação de Vistorias		
Águas e Esgotos	Nº	6
Arquitetura	Nº	9
Pedidos de Vistoria Técnica		
Apresentados	Nº	1
Comunicação - Obras Isentas de Controlo Prévio	Nº	5
Licenciamento Zero – D.L 48/2011	Nº	6
Registo no Sistema Gestão Documental (MGD)		
Entrada	Nº	168
Interna	Nº	69
Atendimentos (front-office)	Nº	236
Ofícios emitidos	Nº	52
Faxes enviados	Nº	0
E-mails enviados	Nº	89
Nº de Guias de receita emitidas	Nº	80
Nº de Guias de receita emitidas	Valor	29 022,31 €
Formação do Pessoal	Horas	0

		dezembro/2016
OBRAS PARTICULARES		
Certidões de Teor/Narrativas		
Emitidas	Nº	7
Processos de Loteamento		
Apresentados	Nº	0
Alvarás de Loteamento/Aditamentos emitidos	Nº	0
Processos de Obras Particulares		
Apresentados	Nº	1
Alvarás de Licença/Autorização/Comunicação Prévia emitidos	Nº	4
Processos de Vistoria		
Apresentados	Nº	1
Alvarás de Autorização de Utilização emitidos	Nº	3
Marcação de Vistorias		
Águas e Esgotos	Nº	1
Arquitetura	Nº	1
Pedidos de Vistoria Técnica		
Apresentados	Nº	1
Comunicação - Obras Isentas de Controlo Prévio		
Licenciamento Zero – D.L 48/2011	Nº	2
Licenciamento Industrial	N.º	0
Registo no Sistema Gestão Documental (MGD)		
Entrada	Nº	82
Interna	Nº	8
Atendimentos (front-office)	Nº	133
Ofícios emitidos	Nº	25
Faxes enviados	Nº	0
E-mails enviados	Nº	88
Nº de Guias de receita emitidas	Nº	53
Nº de Guias de receita emitidas	Valor	3 510,45 €
Formação do Pessoal	Horas	0

		janeiro/2017
OBRAS PARTICULARES		
Certidões de Teor/Narrativas		
Emitidas	Nº	7
Processos de Loteamento		
Apresentados	Nº	0
Alvarás de Loteamento/Aditamentos emitidos	Nº	0
Processos de Obras Particulares		
Apresentados	Nº	2
Alvarás de Licença/Autorização/Comunicação Prévia emitidos	Nº	9
Processos de Vistoria		
Apresentados	Nº	2
Alvarás de Autorização de Utilização emitidos	Nº	5
Marcação de Vistorias		
Águas e Esgotos	Nº	1
Arquitetura	Nº	5
Pedidos de Vistoria Técnica		
Apresentados	Nº	0
Comunicação - Obras Isentas de Controlo Prévio	Nº	1
Licenciamento Zero – D.L 48/2011	Nº	10
Licenciamento Industrial	N.º	0
Registo no Sistema Gestão Documental (MGD)		
Entrada	Nº	132
Interna	Nº	55
Atendimentos (front-office)	Nº	205
Ofícios emitidos	Nº	41
Faxes enviados	Nº	0
E-mails enviados	Nº	92
Nº de Guias de receita emitidas	Nº	87
Nº de Guias de receita emitidas	Valor	10 075,51 €
Formação do Pessoal	Horas	0

SETOR DE EDUCAÇÃO

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- Controlo da faturação das AEC/AAAF;
- Atribuição e alteração de escalões – 1º Ciclo/Pré-escolar;
- Atendimentos Encarregados de Educação - Guias Emitidas:
 - * novembro: 193
 - * dezembro: 141
 - * janeiro: 214
 - * fevereiro: 97
- Registo mensal de dados do programa de generalização das refeições escolares 1.º ciclo;
- Preenchimento do Programa de Generalização de Refeições do 1º Ciclo;
- Preenchimento do Acordo de Cooperação da Rede Pré-Escolar - Ano Letivo 2016/2017
- Preenchimento das Notas de Encargos de Apoio à Família no âmbito do Anexo ao Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar 2016/2017;
- Resposta a todas as solicitações, pedidos de reparação, arranjos e transportes;
- Informação - Subsídios Complementares - Subsídio para Material Escolar para Sala de Aula da Educação Pré-escolar - Ano Letivo 2016/2017 – 1.360,00€;
- Atribuição Subsídio Visita de Estudo Escola Básica António Gedeão – 500,00€

2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

- Resposta a todas as solicitações, pedidos de reparação e arranjos

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CIDADE DO ENTRONCAMENTO

- Resposta a todas as solicitações, pedidos de apoio em transporte de material, reparações e arranjos

ESER

- Festas de Aniversário

OUTROS ASSUNTOS

- Conselho Municipal de Educação – 21 janeiro
- Promoção do Sucesso Escolar no Médio Tejo - Rastreios nos Estabelecimentos de Ensino por técnicos da ACES do Médio Tejo – Pré-escolar
- Dia Internacional da Paz - dia 30 de janeiro exposição de maquetes com pombas no edifício da Câmara Municipal e Centro Cultural
- Apoio nas Festas de Natal dos estabelecimentos de ensino
- 7ª Edição da “Semana da Reflorestação Nacional” - Plantação de Pinheiros no Parque Verde do Bonito

PORTAL DA EDUCAÇÃO

- Promoção do Sucesso Escolar no Médio Tejo
- Sessão de Apresentação/Esclarecimento do “Projeto Coopjovem” Programa de Apoio ao Empreendedorismo Cooperativo
- Edital - Atribuição Bolsas de Estudo 2016/2017
- Alunos Plantam Pinheiros no Parque Verde do Bonito
- Câmara Municipal Aprova 2.ª Fase Candidaturas às Bolsas de Estudo - Ano Letivo 2016/2017

SERVIÇOS SOCIAIS

No âmbito do Cartão Municipal do Idoso, encontram-se ativos **1817** cartões, sendo **1319** pertencentes ao Cartão A e **498** pertencentes ao Cartão B.

No âmbito dos apoios atribuídos aos utentes do **Cartão Municipal do Idoso**, há a salientar:

- Nas **Tarifas de Transportes Urbanos**, estão a usufruir do passe mensal **688** utentes do Cartão Municipal do Idoso, com desconto de 50% no valor total do referido passe;
- No abastecimento de água, encontram-se a usufruir da tarifa **279** utentes, ficando os mesmos isentos das tarifas de lixo e saneamento;
- Estão a usufruir do Programa "No Lar em Segurança" **14** utentes portadores do Cartão Municipal Tipo B e **1** utente do Cartão Municipal Tipo A.

No que diz respeito, à atribuição de apoios sociais a nível geral:

- Estão a usufruir da **Tarifa de Água para Famílias de Baixo Rendimento**, **209** famílias;
- Estão a usufruir da Tarifa para Famílias Numerosas, **7** famílias;
- No âmbito do Cartão Entroncamento Solidário foi realizada a 1.ª atribuição de 2017 de vales de alimentos, **79** cabazes de família e **66** cabazes júnior, no valor total de **2400,96€**.

- No que se refere a outras ações/ atividades mais relevantes:

- No dia **6 de janeiro**, os utentes do Centro de Convívio da Terceira Idade comemoraram o tradicional Dia de Reis. Com muita alegria e animação, o evento decorreu durante a tarde e contou com a presença do Grupo de Cavaquinhos da Universidade Sénior do Entroncamento, o qual brindou todos os presentes com a sua atuação. Estiveram presentes, o Presidente da Câmara Municipal, Jorge Faria e a Vereadora com o pelouro da Ação Social, Tília Nunes, que desejaram as Boas Festas e um Bom Ano Novo a todos os utentes. Seguiu-se a partilha do tradicional Bolo-Rei, oferecido pelas Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e S. João Batista;

- Realizou-se no dia **13 de janeiro**, pelas 18:30 na Biblioteca Municipal do Entroncamento, a sessão temática de “Conversas com Café” subordinada ao tema “ Substâncias Aditivas-da Prevenção à Intervenção”, tendo como oradores o Dr. Manuel Brites, Sociólogo e Presidente da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência do Distrito de Santarém (CDT), o Chefe António Rodrigues e o Agente Principal Jorge Miranda, ambos da Esquadra da Polícia de Segurança Pública do Entroncamento.

O Dr. Manuel Brites começou por explicar as alterações ocorridas com a publicação da portaria n.º 94/96 de 26 de março sobre o consumo de estupefacientes e a atuação e importância da criação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.

O chefe António Rodrigues e o agente Jorge Miranda falaram da realidade da cidade em termos de consumo de estupefacientes, tendo o seu consumo e tráfico sofrido um acréscimo em 2016, em relação ao ano de 2015, sendo o haxixe a droga mais consumida e traficada, segundo estes. Quer os elementos da PSP, quer o sociólogo Manuel Brites, estão preocupados com o consumo de “crack” por este estupefaciente criar maior dependência nos seus utilizadores. O consumo desta droga também potencia assaltos e furtos a pessoas e residências, para a sua aquisição, uma vez que é considerada uma substância de aquisição “cara”;

- Organizada pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social em colaboração com o Município do Entroncamento decorreu no dia **20 de janeiro**, uma sessão de informação sobre o Coop Jovem, programa de apoio ao Empreendedorismo Cooperativo. A Sessão decorreu na Academia do Saber e contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, Jorge Faria. Dirigida a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos inclusive, com residência em Portugal continental e que tenham como habilitações literárias mínimas o 9º ano, esta sessão teve como objetivos dar a conhecer o referido programa, destinando-se a jovens que pretendam concretizar uma ideia de negócio sob a forma cooperativa, com o mínimo de 3 e o máximo de 9 cooperadores. O programa tem como apoios: uma Bolsa Coop Jovem até 6 meses, apoio técnico em mentoria, formação e acompanhamento do projeto, assim como apoio à constituição e instalação de cooperativa até um montante máximo de 15.000€ e acesso ao Crédito ao Investimento Microinvest até 20,000€;

-Realizou-se no dia **27 de janeiro**, a reunião do Conselho Local de Ação Social. Na mesma reunião procedeu-se à apresentação do ponto de situação referente ao 2º semestre de 2016 da atividade da Rede Social e do Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS.

Foram ainda debatidas propostas referentes à alteração do plano de ação e respetivo orçamento aprovado;

-Integrado nas “Conversas com café...” realizou-se no dia **3 de fevereiro** mais uma tertúlia temática subordinada ao tema, “1ª Guerra Mundial - o Corpo Expedicionário Português na Flandres 1917/1918 - O CEP: Os Militares Sacrificados pela Má Política”, com o convidado Tenente-Coronel Pedro Marquês de Sousa, coautor com António José Telo, do livro “O CEP – Os Militares Sacrificados pela Má Política”.

O Senhor General António Mascarenhas apresentou o orador que explanou as razões da participação de Portugal numa guerra para a qual “não tinha nem preparação militar nem meios”. Na tertúlia estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. Jorge Faria, a Senhora Vice-presidente Dr.ª Ilda Joaquim e a Vereadora Dr.ª Tília Nunes;

- Em reunião de Câmara de **06 de fevereiro**, a câmara deliberou por unanimidade ceder gratuitamente a casa de função e respetiva garagem, sita na Rua Dr. Eugénio Viana de Lemos, n.º 10, 1.º Esq.º, ao Delegado de Saúde, Dr. José Manuel Cunha, a exercer funções no ACES do Médio Tejo desde o dia 1 de outubro de 2016. A cedência foi realizada pelo período de um ano, renovável por iguais períodos, sendo os custos da água, luz e gás da responsabilidade do requerente.

CULTURA

JANEIRO

Cerimónia de entrega dos prémios do concurso “Natal na Cidade”

Decorreu no dia 6 de janeiro pelas 21h no Centro Cultural, a cerimónia de entrega dos prémios da 6.ª Edição do concurso “Natal na Cidade”.

Nesta edição, estiveram 24 presépios e 49 estrelas a concurso, de várias instituições, escolas, associações e comércio.

Em termos de animação, houve um pequeno momento musical dos alunos das AEC’S, uma coreografia da Universidade Sénior do Entroncamento e a atuação de Pedro Dionísio.

Exposição de desenho “Novo Ciclo” de KAO

Esta exposição teve lugar na Galeria Municipal de 7 a 19 de janeiro.

KAO nasce na Ucrânia, mas é em Portugal que faz o seu percurso artístico com exposições individuais e coletivas.

Esta exposição contou com 108 participantes.

Exposição de casitas de Rui Louro

De 21 de janeiro a 2 de fevereiro o público curioso e interessado nas típicas casitas rurais de Portugal, pôde apreciar as de Rui Louro na Galeria Municipal.

O artista é natural de Alcanena, dedica-se no seu tempo livre à construção de casas rurais em miniatura. Recorrendo à pedra, elemento natural da região, elabora as pequenas casas a partir da sua imaginação, sem recurso a cópias de edificações já existentes.

Entro.Culturas Espetáculo de dança “O Quebra – Nozes”

No dia 28 de janeiro realizou-se no Centro Cultural o espetáculo de dança “O Quebra-Nozes”, integrado no programa Entro.Culturas.

A produção esteve a cargo da escola Dançarte e encheu por completo o espaço.

FEVEREIRO

Ciclo de Stand Up Comedy - Quim Roscas & Zeca Estacionâncio

Quim Roscas & Zeca Estacionâncio abriram no dia 4 de fevereiro o ciclo de Stand Up Comedy que a Câmara Municipal levará a efeito de fevereiro a junho.

Foram duas sessões completamente esgotadas.

Exposição “The Finissage por AnnaC” de Ana Correia

De 4 a 16 de fevereiro tem lugar na Galeria Municipal a exposição que termina com o seu título “Finissage”.

Em the Finissage, AnnaC busca na recriação de suas ilustrações, os sentidos que as outras espécies assumem.

Revista à portuguesa “OL(H)À FLORBELA”

No dia 18 de fevereiro a divertida comédia com Florbela Queirós será apresentada pelas 21h30m no Centro Cultural.

Exposição “A música na Pop Art” de Helga Vicente

De 18 de fevereiro a 2 de março terá lugar na Galeria Municipal a exposição “A música na Pop Art” em que a artista procura conjugar as suas paixões pela música e como pintora, estarão patentes telas de figuras tão icónicas da música pop e rock.

Noite carnavalesca e concurso de mascarados

No dia 27 de fevereiro terá lugar pelas 21h30m no Centro Cultural mais uma noite carnavalesca e concurso de mascarados. A qual será animada pelo grupo Fun2 Rock.

Outras tarefas:

- Fotografias tiradas em eventos – 356;
- Atendimento ao público – 47;
- Material de divulgação distribuído em escolas e outros – 2600;
- Preparação e montagem de espaços para iniciativas – 4;

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Atendimento

TOTAL DE UTENTES ATENDIDOS	2336
-----------------------------------	-------------

Os utilizadores que recorreram à Biblioteca distribuíram-se pelos seguintes serviços:

Requisitaram livros para o domicílio	370
Utilizaram a Biblioteca para ler/estudar	759
Utilizaram o espaço internet	281
Participaram nas atividades de animação	842
Adquiriram passes para os TURE	83
Requisitaram livros do Banco Escolar	1

Empréstimo de documentos

Total de livros requisitados para o domicílio	662
---	-----

Blogue

Artigos publicados	26
--------------------	----

Distribuídos pelas seguintes rubricas:

Rubrica	Artigos publicados
Para Ler e Descobrir	4
A Nossa Seleção	3
Este Mês com...	2
TOP BME	1
Divulgação das atividades da BME	5
Outras divulgações	11

Banco de Manuais Escolares

Movimentos do ano letivo 2016/2017 - atualizado a esta data

Requisitantes	35
Manuais emprestados	388

Trabalho técnico sobre o fundo documental da Biblioteca Dr. Ruy D'Andrade

Nº de registos revistos	335
-------------------------	-----

Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE)

Realizaram-se duas reuniões:

- 22 de novembro de 2016
- 10 de janeiro de 2017

Assuntos tratados:

- Criação de uma plataforma concelhia em parceria com a RBE.
- Preenchimento da "Ficha de caracterização da plataforma da Rede de Bibliotecas do concelho do Entroncamento.

Participação em projetos socioculturais

- Apoio à realização das “Conversas com café”, que se realizam na sala de leitura geral da Biblioteca.
- Participação no projeto “Crescer na Cidade”, do programa “Família +”.
- Projeto “Os Livros Viajam pela Cidade”.
- Continuação da manutenção do pólo de leitura no posto de Turismo, com a renovação periódica dos documentos em acesso para empréstimo domiciliário.
- Autorização superior para a criação de apoio à implementação de um pólo de leitura na Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima.

Atividades de animação

Atividades	25
Sessões	41
Participantes	842
Custos	0 €

Distribuídas conforme o quadro que se segue:

QUADRO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO REALIZADAS

(17 de setembro a 31 de janeiro de 2017)

<i>Título da atividade</i>	<i>Produção</i>	<i>data</i>	<i>Tipo de atividade</i>	<i>Participantes</i>	<i>Nº</i>	<i>Custo</i>
<i>À Descoberta dos Livros</i>	Técnicos BME	2016-11-21 2ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde	46	0
<i>Jogo dos Reis de Portugal</i>	Técnicos BME	2016-11-22 3ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde	20	0
<i>Jogo dos Reis de Portugal</i>	Técnicos BME	2016-11-23 4ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde da Escola Básica António Gedeão	46	0
<i>Jogo dos Reis de Portugal</i>	Técnicos BME	2016-11-25 6ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde e do Jardim Escola João de Deus	60	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-11-28 2ª feira	Ateliê	Crianças do Ensino Pré-Escolar do Jardim de Infância da Escola Básica António Gedeão	24	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-11-29 3ª feira	Ateliê	Crianças do Ensino Pré-Escolar do Jardim de Infância da Escola Básica António Gedeão	22	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-11-30 4ª feira	Ateliê	Crianças do Ensino Pré-Escolar do Jardim Escola João de Deus	46	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-12-02 6ª feira	Ateliê	Crianças do Ensino Pré-Escolar do Jardim de Infância da Escola Básica do Bonito	40	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-12-05 2ª feira	Ateliê	Crianças do Ensino Pré-Escolar do Jardim de Infância da Escola Básica António Gedeão	21	0
<i>À Descoberta dos Livros</i>	Técnicos BME	2016-12-12 2ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	20	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-12-13 3ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica António Gedeão	20	0
<i>Natal Com Arte</i>	Técnicos BME	2016-12-14 4ª feira	Ateliê	Crianças do Ensino Pré-Escolar do Jardim de Infância da Encopprof e alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica António Gedeão	41	0
<i>Natal Com Arte - Dia Internacional da Solidariedade Humana</i>	Técnicos BME	2016-12-23 6ª feira	Ateliê	Alunos entre os 6 e os 12 anos que participam no Crescer na Cidade	19	0
<i>Natal Com Arte - Dia Internacional da Solidariedade Humana</i>	Técnicos BME	2016-12-28 4ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB do ATL da Escola Básica da Zona Verde	21	0
<i>Jogo dos Reis de Portugal</i>	Técnicos BME	2017-01-12 5ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	21	0
<i>Jogo dos Reis de Portugal</i>	Técnicos BME	2017-01-15 6ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	40	0
<i>A Incrível História do Zezinho</i>	Técnicos BME	2016-01-17 3ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde	20	0
<i>A Incrível História do Zezinho</i>	Técnicos BME	2016-01-20 4ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde	41	0
<i>A Incrível História do Zezinho</i>	Técnicos BME	2016-01-22 6ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	39	0
<i>Histórias do Avesso</i>	Técnicos BME	2017-01-26 5ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	47	0
<i>Histórias do Avesso</i>	Técnicos BME	2017-01-26 5ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica da Zona Verde	42	0
<i>Histórias da Lua</i>	Técnicos BME	2017-02-02 5ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica António Gedeão	32	0
<i>Lavar, Escovar e Esfregar!</i>	Técnicos BME	2017-02-09 5ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	45	0
<i>Lavar, Escovar e Esfregar!</i>	Técnicos BME	2017-02-10 6ª feira	Ateliê	Alunos do 1º ciclo EB da Escola Básica do Bonito	30	0

DESPORTO

- **ENTRONCAMENTO NIGHT RUNNERS**

Datas: Semanalmente, todas as 4^{as} feiras às 20:30h

Descrição: Caminhada e Corrida com sessões de aquecimento e alongamentos.

Atividade desenvolvida pelo Município, numa parceria com o CLAC.

Local: Saída e chegada do Pavilhão Desportivo Municipal, percurso entre 6 (caminhada) a 8 km (corrida).

População alvo: População geral, participam regularmente cerca de 40 pessoas.

Objetivo – Fomentar um estilo de vida mais saudável e ativo através da prática desportiva regular.

- **3º ANIVERSÁRIO - ENTRONCAMENTO NIGHT RUNNERS**

Data: 25 de Janeiro, a partir das 20:15h

Descrição: Edição comemorativa do 3º aniversário dos Night Runners Entroncamento, com um pequeno convívio entre os presentes com um bolo de aniversário para celebrar a ocasião.

Caminhada e Corrida com sessão de alongamentos no final.

Atividade desenvolvida pelo Município, numa parceria com o CLAC.

Local: Saída e chegada do Pavilhão Desportivo Municipal, percurso entre 6 a 8 km.

População alvo: População geral, participaram cerca de 50 pessoas.

Objetivos – Fomentar um estilo de vida mais saudável e ativo através da prática desportiva.

- **PROGRAMA VIVER +ATIVO**

Datas: Todos os dias úteis, entre as 09h15 e as 17h15.

Local: Pavilhão Desportivo Municipal, Piscinas Municipais e Campos de Ténis.

Descrição: Realização de aulas semanais (duas vezes por semana) das seguintes atividades: Hidroginástica (8 classes), Hidroginástica em suspensão (1 classe), Ginástica e Movimento (2 classes), Ténis (1 classe), Hidrocycle (2 classes), Danças Sociais (1 classe), Aprendizagem de Natação (1 classe), Aperfeiçoamento de Natação (1 classe), Zumba Gold (1 classe), Hidroterapia (2 classes), Yoga e Ginástica de Manutenção (2 classe).

População alvo: Munícipes com mais de 54 anos, atualmente estão inscritos cerca de 200 alunos.

Parcerias – Associação Encoprof, Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento, Clube de Lazer Aventura e Competição e Núcleo Sportinguista do Entroncamento.

Objetivos – Proporcionar aos munícipes séniores um conjunto diversificado de aulas desportivas que lhes permitam manter e melhorar a sua condição física; Promover e generalizar a atividade física como meio para uma vida mais saudável e ativa; Melhorar o bem-estar físico e psicológico, elevar a autoestima e a inserção social de cada indivíduo.

- **CENTRO MUNICIPAL DE MARCHA E CORRIDA DO ENTRONCAMENTO**

Datas: Semanalmente, todas as 2^{as} e 6^{as} feiras das 18h00 às 20:30h. Descrição: Caminhadas e Corridas seguidas de sessões de treino muscular e proprioceptivo com alongamentos a finalizar. Controle mensal da composição corporal de cada indivíduo.

Atividade desenvolvida pelo Município, em parceria com a Federação Portuguesa de Atletismo.

Local: Pavilhão Desportivo Municipal e zona desportiva envolvente.

População alvo: População geral, é necessária inscrição e pagamento de seguro desportivo anual no valor de 10€.

Objetivo – Fomentar um estilo de vida mais saudável e ativo através da prática desportiva de um modo regular. Promover a corrida e a marcha.

- **AULAS DE HIDROCYCLE**

Datas: 4 aulas semanais à 3^a e 5^a feira, das 20h15 às 21h00 e das 21h00 às 21h45.

Local: Piscinas Municipais.

Descrição: Aula em bicicletas adaptadas ao meio aquático, que mistura hidroginástica e bicicleta numa atividade diferente e divertida, permitindo trabalhar o corpo inteiro.

As aulas de Hidrocycle têm a duração de 45 minutos com aquecimento e alongamentos. As turmas são limitadas a 12 alunos por classe e a mensalidade é de 14,42€ frequentando 1 vez por semana e de 18,45€ frequentando 2 vezes por semana.

População alvo: População adulta.

Objetivo – Fomentar um estilo de vida mais saudável e ativo através da prática desportiva de um modo regular. Melhorar a condição física, a postura e o equilíbrio, com maior segurança para os ossos e articulações, pois a água reduz o atrito e peso corporal até 40%, o que diminui a sobrecarga das articulações envolvidas.

SERVIÇOS JURÍDICOS

A. PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

1. AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM - PROCESSO N.º 535/13.5BELRA

Tipo de ação: Ação Administrativa Comum

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Autor: PT – Comunicações, SA

Réu: Município do Entroncamento e Outros

Estado do Pedido: Com a ação pretendem os requerentes a anulação do contrato para concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações celebrado entre o Município do Entroncamento e a FIRST RULE, SA; tendo sido o Município apresentado a correspondente contestação.

Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos.

2. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO N.º 1320/13.0BELRA-A

Tipo de ação: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL)

Réu: Município do Entroncamento

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor que seja declarado nulo ou anulado a decisão que alterou o horário de trabalho dos associados do STAL e determinou que estes trabalhassem mais uma hora por dia.

A 11.02.2014, foi efetuada a contestação pelo Município.

A 21.03.2014, foi notificado o Município do conteúdo do despacho proferido a 13.03.2014, visando a convalidação da presente ação para a forma adequada – ação administrativa especial de pretensão conexa com normas administrativas.

Foram notificadas as partes para apresentar alegações escritas bem como juntarem cópia dos articulados em formato digital ao processo, tendo a autora, através do Dr. Paulo Veiga e Moura, dado conhecimento ao Município das alegações por si entregues junto do Tribunal.

A 09.12.2014 foram deduzidas alegações por parte da Câmara Municipal.

A 13.02.2017 foi notificado o Município do conteúdo da sentença proferida em 31.01.2017, decidindo o douto Tribunal de julgar procedente a presente ação, nessa medida declarar a ilegalidade, com efeitos circunscritos aos trabalhadores da demandada, associados do Autor, do despacho do presidente da Câmara da entidade demandada, por incompetência, erro sobre os pressupostos de direito e preterição da audição da comissão de trabalhadores, ou , na sua falta a comissão sindical ou intersindical ou os delegados sindicais e condenar em custas o Município do Entroncamento .

3. PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 734/13.0TAENT

Tipo de ação: Inquérito

Serviços do Ministério Público de Entroncamento

Denunciado: Município do Entroncamento

Estado do Pedido: foi solicitado que a Câmara Municipal do Entroncamento, procedesse ao envio, em 10 dias, da identificação de todos os motoristas que prestam serviço nos transportes urbanos, tendo sido efetuada a devida resposta a 16.12.2013.

Notificação da Polícia de Segurança Pública a solicitar que os motoristas antes indicados, comparecessem na Esquadra do Entroncamento até ao dia 7 de fevereiro, fazendo-se acompanhar de carta de condução, certificado de aptidão de motorista e certificado de motorista para transporte coletivo de crianças, facto que já ocorreu.

Aguardando-se ulteriores termos.

**4. PROCESSO N. º 920/09.7BTMR, 3. º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE TOMAR
INSOLVÊNCIA DE JOÃO SALVADOR LDA.**

Foi deduzida a impugnação da lista de reclamação de créditos, aguardando-se ulteriores termos processuais. Foi o Município notificado da sentença de graduação de créditos, tendo a impugnação deduzida sido considerada procedente. Aguardando-se que seja feita a liquidação e o rateio final dos bens.

5. INJUNÇÃO N. º 106186/14.3YIPRT – ECOFLUÍDO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA LDA.

Solicita o pagamento de € 444,55, acrescido de taxa de justiça, relativamente à demora na restituição da garantia bancária, no âmbito da empreitada denominada “Alteração do Sistema de Climatização da Piscina Municipal”, tendo o Município em tempo, deduzido a sua oposição.

Nessa sequência, foi remetida a este Município, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1, cópia de petição inicial aperfeiçoada para pronúncia (Processo 1498/14.5BELRA), tendo o Município efetuado a sua oposição.

O Município foi notificado que por despacho de 15.05.2015, a sociedade Ecofluído - Serviços de Engenharia, Lda. foi substituída, na sua posição processual, pela Massa Insolvente da Ecofluído - Serviços de Engenharia, Lda., representada pelo respetivo administrador da insolvência.

Foi notificada a “Massa Insolvente da Ecofluído – Serviços de Engenharia, Lda” para indicar qual o valor que pretende atribuir à ação.

Foi notificado o Município do Entroncamento da marcação da Audiência prévia para o dia 15.03.207.

6.PROCESSO 2337/15.5T8ENT – AÇÃO DE PROCESSO COMUM

Tipo de ação: Ação de Processo Comum

Tribunal da Comarca de Santarém – Entroncamento – Inst. Local – Sec. Comp. Gen. – J2

Autor: Andrea Patrícia Faria Pereira e outro (s)

Réu: Autarquia do Entroncamento e outro (s)....

Estado do Pedido: Com a ação pretendem os Autores que seja reconhecido o direito de propriedade, por força da usucapião, sobre o prédio, que os AA. têm exercido a posse, invocando que celebraram com a Ré IGAPHE – INSTITUTO DE GESTÃO E ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL DO ESTADO um contrato de aquisição do direito de propriedade sob a forma resolúvel.

Foi efetuada a respetiva contestação.

Tendo-se chegado a acordo, para haver dispensa da audiência prévia (acordo obtido aquando da audiência prévia realizada a 25.01.2016, no âmbito do Processo 3782/15.1T8ENT-Entroncamento).

Foi o Município informado que foi designado o dia 08.09.2016 para a realização da audiência de julgamento, foram ouvidas as testemunhas.

Foi proferida sentença, tendo o douto tribunal considerado a ação improcedente e, em consequência absolvido os Réus dos pedidos formulados, nomeadamente do pedido de reconhecimento do direito de propriedade das Autoras sobre o imóvel inscrito na matriz sob o n.º 1019.

7. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 416/15.8BELRA – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO CONEXA COM ATOS ADMINISTRATIVOS

Tipo de ação: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1

Autor: Nogueira & Matias, Lda.

Réu: Município do Entroncamento

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor que o ato de aplicação de penalidades seja declarado nulo, por não conter o respetivo conteúdo e objeto, não podendo produzir quaisquer efeitos jurídicos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 134.º do CPA, OU, deve o ato de aplicação de penalidades ser anulado, por falta de fundamentação, OU, deve ser determinado o valor diário de uma eventual penalidade contratual não pode ultrapassar o valor de € 77,99, E, em qualquer dos casos, deve o Réu ser condenado no pagamento das custas.

Foi elaborada contestação, tendo o autor deduzido resposta à contestação, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

8. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 880/15.5BELRA – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO CONEXA COM ATOS ADMINISTRATIVOS

Tipo de ação: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1

Autor: Massa Insolvente de Nogueira & Matias, Lda.

Réu: Banco Comercial Português, SA. (e outros)

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor a anulação dos atos de aplicação das penalidades, e em consequência, deverá o Tribunal condenar a CGD e ao BCP, cumulativamente e conjuntamente, que se abstenham de proceder ao pagamento ao Município do Entroncamento do valor das garantias bancárias, além de € 8.578,90, ou, subsidiariamente, do valor de € 78.063,70.

Após a apresentação da contestação, foi notificado da ampliação do pedido apresentado pela Autora, assim como da resposta à contestação.

Foi efetuada resposta à ampliação do pedido.

A 15.02.2017 foi o Município notificado do despacho proferido a 24.01.2017, da Exma. Sra. Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, que defere a ampliação do pedido nos termos peticionados pela Autora.

Aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

9. PROCESSO 3782/15.1T8ENT – AÇÃO DE PROCESSO COMUM

Tipo de ação: Ação de Processo Comum

Tribunal da Comarca de Santarém – Entroncamento – Inst. Local – Sec. Comp. Gen. – J1

Autor: Luís Fernando Batista Veloso e outro (s)

Réu: Autarquia do Entroncamento e outro (s)....

Estado do Pedido: Com a ação pretendem os Autores que seja reconhecido o direito de propriedade, por força da usucapião, sobre o prédio, que os AA. têm exercido a posse, invocando que celebraram com a Ré IGAPHE – INSTITUTO DE GESTÃO E ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO

HABITACIONAL DO ESTADO um contrato de aquisição do direito de propriedade sob a forma resolúvel.

Decorreu a 25.01.2016, a respetiva audiência prévia.

No dia 25.05.2016, foi proferido despacho saneador; foi fixado o objeto do litígio e temas da prova.

Decorreu a 28.10.2016 a audiência de julgamento, foram ouvidas as testemunhas, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

10. PROCESSO 1458/15.9T8STR

Tipo de ação: Processo de Insolvência de Pessoa Coletiva

Tribunal da Comarca de Santarém – Inst. Central – Sec. Comércio – J2

Insolvente: Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda

Estado do Pedido: Foi reconhecido o crédito no valor de 205.168,87 €, tendo o Município sido notificado para querendo, impugnar a lista de credores.

Município concordou com o crédito reconhecido.

Aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

11. PROCESSO 1772/09.2TBPMS

Tipo de ação: Ação de verificação ulterior de créditos –artigo 146.º do CIRE

Tribunal de Alcobaça, Instância Central, 2.ª Sec. Comércio- J1

Autor: Município do Entroncamento

Réu: Massa Insolvente de Construções Pastilha & Pastilha, S.A.

Estado do Pedido: Foi solicitado o reconhecimento do crédito no valor de 4.562,17 €.

Foi o Município notificado de que foram considerados confessados os factos articulados pela Autora, tendo ainda sido notificado para os efeitos do n.º 2 do artigo 567.º do CPC, foram deduzidas as respetivas alegações em 04.07.2016, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

A 17.11.2016 foi o Município notificado pelo Tribunal de Alcobaça, Instância Central, 2.ª Sec. Comércio- J1 da decisão final que reconheceu o crédito reclamado pelo município apenas no valor de 4.303,93 Euros, como dívida de insolvente, pois não se deu como provado o valor global peticionado de 4.562,17€ por ausência de correspondência com o suporte documental que instruía a petição.

A 24.01.2017 foi ainda notificado o Município pelo Tribunal de Alcobaça, Instância Central, 2.ª Sec. Comércio- J1 dos termos de dispensa da elaboração de conta.

Aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

12. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 1744/15.8BELRA – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO CONEXA COM ATOS ADMINISTRATIVOS

Tipo de ação: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1

Autor: TRONCADIS – Sociedade de Distribuição, S.A.

Réu: Município do Entroncamento e UNIMARKET – Imobiliária, Lda.

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor a declaração de nulidade/anulação do ato administrativo contido no despacho de 23 de junho de 2015, do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, que aprovou o projeto de loteamento 1/2015, ratificado por deliberação da Câmara Municipal de 07 de julho de 2015.

Foi elaborada a contestação, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

13. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 1873/15.8BELRA – AÇÃO ADMINISTRATIVA

Tipo de ação: Ação Administrativa

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1.

Autor: Adelina Maria Norberta Escada

Réu: Município do Entroncamento (e Outros)

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor que seja fixada a incapacidade permanente para o trabalho, superior à já atribuída pela Ré Seguradora; Seja fixada correspondente pensão

ou indemnização, resultante da incapacidade atribuída, ao abrigo dos artigos 34.º e 38.º do D.L. n.º 503/99, de 20/11; Seja condenado o Réu Município do Entroncamento no pagamento da quantia de € 1.455,00 (mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros) desde 24.04.2014, correspondente à remuneração devida à Autora até ao dia 11.08.2014

Foi elaborada contestação, tendo sido apresentada Réplica pela Autora.

Foi realizada audiência prévia no dia 08.06.2016, tendo o Município sido notificado do Relatório Pericial.

Encontrava-se marcada a audiência de julgamento para o dia 09.12.2016.

A 29/11/2016 o Município foi notificado, da sentença que homologou a transação celebrada entre a Autora Adelina Maria Norberta Escada e os Réus Açoreana Seguros S.A e Município do Entroncamento, e julgou, em consequência, extinta a instância, ficando sem efeito a data designada para a realização da audiência final (9.12.2016).

O Município foi ainda notificado, para efetuar o pagamento da taxa de justiça devida pelo impulso processual.

Foi efetuado o pagamento da taxa de justiça devida, o processo encontra-se concluído.

14. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 1573/15.8BELRA – AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

Tipo de ação: Ação Administrativa Comum (Ant. NCPTA)

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1

Autor: A&L Criatividade e Comunicação, Lda.

Réu: Município do Entroncamento (e Outros)

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor a que as RR. sejam condenadas a indemnizar o A. pela violação do seu direito de propriedade sobre o logotipo e projeto de sinalética relativa ao Parque Verde do Bonito, que contabiliza em € 100.000,00, e ainda que sejam condenadas a suportar custas e procuradoria condigna.

Foi elaborada contestação.

Aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

15. PROCESSO 510/10.1TAENT – AÇÃO DE PROCESSO COMUM (TRIBUNAL COLETIVO)

Tipo de ação: Ação de Processo Comum

Tribunal da Comarca de Santarém- Santarém – Inst. Central – Secção Criminal – J3

Autor: Ministério Público, tendo-se constituído como Assistente o Município do Entroncamento

Arguido: Silvino Ferreira dos Santos, Jaime Manuel Gonçalves Ramos e Rui Manuel Condeço Domingos

Estado do Pedido: houve lugar a várias audiências de julgamento, encontrando-se prevista para o dia 1 de março a leitura do Acórdão.

Aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

16. PROCESSO 890/15.2T9ENT – AÇÃO DE PROCESSO COMUM (TRIBUNAL SINGULAR)

Tipo de ação: Ação de Processo Comum

Tribunal da Comarca de Santarém – Entroncamento – Inst. Local – Sec. Comp. Gen. – J2

Autor: Ministério Público e Município do Entroncamento

Arguido: Diamantino Rosa Bruno

Estado do Pedido: na sequência da participação criminal efetuada relativa à ligação direta à rede pública de distribuição de água, deduziu o Ministério Público Acusação, imputando ao Arguido a autoria de um furto qualificado, na forma continuada.

Recebida a acusação pela Juiz de Direito, foi imputada ao Arguido a prática de um crime de furto simples.

Foi realizada a audiência de julgamento no dia 02.06.2016, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

17. AÇÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 1056/16.0BELRA – AÇÃO ADMINISTRATIVA

Tipo de ação: Ação Administrativa

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 1.

Autor: Silvino Ferreira dos Santos

Réu: Câmara Municipal do Entroncamento

Estado do Pedido: Com a ação pretende o Autor que seja a ação disciplinar julgada totalmente improcedente, por não provada e, em consequência, anulado o ato administrativo que aplica a sanção disciplinar de uma pena de suspensão ao trabalhador. Se assim o Tribunal não entender, o que desde já, se apresenta como uma mera hipótese académica, com base no supra alegado, justificado, impugnado e defendido, deve o Impugnante Trabalhador ser absolvido de todas as acusações apresentadas naquela ação disciplinar, não sendo condenado na pena disciplinar de suspensão ou qualquer outra pena ou a reconhecer qualquer uma das mencionadas pretensões em todo o petitório disciplinar.

Foi elaborada a contestação, aguardando – se ulteriores desenvolvimentos.

B. PARTICIPAÇÕES EFETUADAS:

1. Assunto: Na sequência da informação elaborada pelo trabalhador deste Município relatando uma situação irregular ocorrida com uma viatura ao serviço dos transportes urbanos, em virtude da gravidade dos factos denunciados e, por se afigurar existirem indícios de natureza criminal, foi efetuada a respetiva participação junto do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém – Ministério Público – Entroncamento. Aguardam-se ulteriores termos processuais.
2. Assunto: Na sequência da verificação pelos serviços municipais de ligações diretas à rede pública de abastecimento de água, foram efetuadas as respetivas participações criminais, existindo 10 processos, cuja tramitação se encontra decorrer junto do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém – Ministério Público - Entroncamento. Aguardam-se ulteriores termos processuais.
3. Assunto : Na sequência da informação técnica em que foram detetadas irregularidades relativas ao processo de loteamento 11/2000 e alvará de loteamento n.º 1/2004, foi efetuada a respetiva participação junto do Ministério Público. Aguardam-se ulteriores termos processuais.
4. Assunto : Na sequência de informação pelos serviços municipais relativa a várias caixas de visita, em urbanização, sem as respetivas tampas de proteção, por ato de vandalismo, foi efetuada a correspondente participação criminal.
5. Assunto: Na sequência de informação pelos serviços municipais relativa a furto de peças de sustentação da vedação em rede do campo relvado, na Avenida das Forças Armadas, foi efetuada a respetiva participação criminal.

6.

**C. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO – TRIBUNAL JUDICIAL DO
ENTRONCAMENTO (DADOS ATUAIS)**

1. Existentes no Tribunal Judicial do Entroncamento para efeitos de execução: 106 processos.
2. Existentes no Tribunal Judicial do Entroncamento para efeitos de recurso de impugnação da decisão: 5 processos.

D - RECURSOS HIERÁRQUICOS E RECLAMAÇÕES PENDENTES:

Quanto a recursos hierárquicos necessários e/ou facultativos, reclamações ainda não há registos a efetuar.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CONTRATOS CELEBRADOS – NOVEMBRO DE 2016 A FEVEREIRO DE 2017 (Regime Geral do CCP – valores > a 5.000€)

OBJETO DO CONTRATO	VALOR (S/IVA)		OBSERVAÇÕES
BENS			
Combustíveis Rodoviários (acordo quadro)	109.851,50€		Contrato celebrado com REPSOL
SERVIÇOS			
Seguro de Acidentes Pessoais – Bombeiros +Utentes instalações	25.213,48		Contrato celebrado com a AIG
Seguro de Responsabilidade Civil	13.000€		Contrato celebrado com a Caravela

CONTRATOS CELEBRADOS – NOVEMBRO DE 2016 A FEVEREIRO DE 2017 (Concurso Publico)

SERVIÇOS			
Concurso público para aquisição de Serviços de seguro Frota	49.567,14€		Contrato celebrado com Fidelidade
Concurso Publico Acidentes de Trabalho	133.913,24€		Contrato celebrado com a Seguradoras Unidas S:A

PROCEDIMENTOS A DECORRER - NOVEMBRO DE 2016 A FEVEREIRO DE 2017
(Regime Geral do CCP – valores > a 5.000€)

OBJETO DO CONTRATO	VALOR Estimado (S/IVA)		OBSERVAÇÕES
BENS			
Gás			Elaborar Peças do Procedimento
Aquisição de 2 Termoacumuladores” para depósito de águas quentes sanitárias das piscinas municipais	5.988€		Aguarda receção de propostas
SERVIÇOS			
Serviços para Manutenção do Parque Verde do Bonito e Ciclovia Norte	22.200,00€		Aguarda minuta do contrato
Serviços para Limpeza do Mercado Municipal, Grossista e Semanal,	27.600,00€		Aguarda emissão e assinatura do contrato
Serviços para Recuperação e Manutenção dos Espaços Verdes da Urbanização do Casal Saldanha Norte	40.000€		Aguarda recepção de propostas
Serviços Externos de Saúde			Elaboração de peças do procedimento

REQUISIÇÕES EXTERNAS -Regime Simplificado do CCP
(valores <5.000€)
Novembro a Fevereiro (23/11/2016 a 09/02/2017)

Tipo de Material	Nº. Requisições	Valor (c/ iva)
Bens Móveis (Stocks + Materiais)	140	105.462,84€
Serviços	131	95.746,03€
Imobilizado	10	8.693,13€
TOTAL DE REQUISIÇÕES EXTERNAS (<5.000€)		209.902,00€

LISTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA

art.º 21.º. Regulamento do Orçamento Municipal do Entroncamento aprovado pelo órgão executivo em 30/10/2015 e pelo órgão deliberativo em 27/11/2015 (ano de 2016)
e órgão executivo na sua reunião de 31/10/2016 e pelo órgão deliberativo em 30/11/2016. (ano de 2017)

Descrição do Contrato	Adjudicatário	Valor da Adjudicação (c/iva incluído)	Data do Contrato	Duração do Contrato	Compromissos Plurianuais (c/iva	
					Ano n	Ano n+1
Ano de 2016						
Serviços Técnicos deDesporto - Projeto "Viver + Ativo"	João Miguel Oliveira Domingues	4 546,64 €			1 494,08 €	3 052,56 €
Serviços Técnicos deDesporto - Projeto "Viver + Ativo"	Elsa Maria Arrojado Cristino	1 197,84 €			425,04 €	772,80 €
Ano de 2017						
Prestação de Serviços àrea dos Seguros - Acidentes de Trabalho	Seguradoras Unidas S.A.	133 913,24 €	Aguarda assinatura	2 anos	66 956,62 €	66 956,62 €
Prestação de Serviços àrea dos Seguros - Frota Automóvel	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	49 567,14 €	06/01/2017	2 anos	24 783,57 €	24 567,14 €
Aquisição de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil	Caravela Companhia de Seguros SA	13 000,00 €	18/01/2017	2 anos	6 500,00 €	6 500,00 €
Aquisição de Serviços de Seguro de Acidentes Pessoais - Bombeiros e Utentes de Instalações Desportivas	AIG - Europe Limited	25 213,48 €	19/01/2017	2 anos	12 606,74 €	12 606,74 €
Prestação de serviços de Limpeza no Mercado Diário, Grossista e Semanal	Luís Miguel Roque Pereira	33 948,00 €	Aguarda assinatura	1 ano	31 119,00 €	2 829,00 €
Prestação de Serviços para Manutenção do Parque Verde do Bonito e da Ciclovía Norte	Abade & Mendonça, Prestação de Serviços, Lda.	27 306,00 €	Aguarda assinatura	1 ano	22 755,00 €	4 551,00 €
TOTAL		149 034,62 €			97 764,31 €	51 053,88 €

efeitos da c) do n.º1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, declara-se que a presente despesa se enquadra se na autorização genérica favorável concedida pela Assembleia Municipal – art.º 21.º do Regulamento do Orçamento Municipal do Entroncamento aprovado pelo órgão executivo em 30/10/2015 e pelo órgão deliberativo em 27/11/2015

RECURSOS HUMANOS

Consolidação de Mobilidade:

- **Márcia Maria Pereira Fanha** - Consolidou a mobilidade no Município de Torres Novas com efeitos a 9 de setembro de 2016
- **Cláudia Raquel Martins Gil Fernandes** - Consolidou a mobilidade no Município de Torres Novas com efeitos a 2 de dezembro de 2016
- **Andrea Patrícia Fernandes Lopes António** - Consolidou a mobilidade nos Serviços Municipalizados de Torres Vedras com efeitos a 1 de janeiro de 2017.

2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

2.1. RECEITA

À data a receita cobrada pelo município era de 3.406.785,23€, sendo 1.056.476,73€ de receita corrente e 2.350.308,50 € de receita de capital.

CL	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	REC. COBRADA	GRAU EXEC.	PESO NO TOTAL
01	Impostos diretos	3 670 915,00	206 313,42	5,62%	6,06% *
02	Impostos indiretos	814 779,00	11 437,20	1,40%	0,34%
04	Taxas, multas e outras penalidades	266 770,00	151 750,29	56,88%	4,45%
05	Rendimentos da propriedade	614 275,00	1 319,44	0,21%	0,04%
06	Transferências correntes	4 521 315,00	395 195,12	8,74%	11,60% *
07	Venda de bens e serviços correntes	2 802 352,00	287 506,02	10,26%	8,44% *
08	Outras receitas correntes	17 220,00	2 955,24	17,16%	0,09%
	RECEITA CORRENTE	12 707 626,00	1 056 476,73	8,31%	31,01%
09	Venda de bens de investimento	237 659,00	2 357,75	0,99%	0,07%
10	Transferências de capital	3 393 784,00	16 734,00	0,49%	0,49%
12	Passivos financeiros	3 823 677,00	2 297 216,75	60,08%	67,43%
13	Outras receitas de capital	425 825,00	34 000,00	7,98%	1,00%
	RECEITA DE CAPITAL	7 880 945,00	2 350 308,50	29,82%	68,99%
	TOTAL DE RECEITAS EFETIVAS	20 588 571,00	3 406 785,23	16,55%	100,00%
OUTRAS RECEITAS					
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	1 026,07		
	TOTAL DE RECEITA COBRADA	20 588 572,00	3 407 811,30		

As receitas correntes apresentam até ao momento um grau de execução orçamental de 8,31%.

Os valores registados devem-se principalmente ao desempenho das seguintes rubricas (*):

- Impostos diretos
- Transferências Correntes
- Vendas de Bens e Serviços Correntes

Estas rubricas representam 26,10% do total das receitas cobradas.

“Transferências correntes” diz respeito às transferências do Orçamento de Estado, mais propriamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, e Participação Fixa de IRS. Este tipo de receita apresenta até ao momento um grau de execução orçamental de 8,74%.

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	REC. COBRADA	GRAU EXEC.	PESO NO TOTAL COBRADO
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 807 370,00	150 614,00	8,33%	38,11%
Participação fixa no IRS	1 101 863,00	91 821,00	8,33%	23,23%
Privadas	308 283,00	81 121,99	26,31%	20,53%
Outras	999 727,00	48 730,13	4,87%	12,33%
Fundo Social Municipal	274 907,00	22 908,00	8,33%	5,80%
Estado-Particip.comunit.projetos co-financiados	29 165,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DE "TRANSFERENCIAS CORRENTES"	4 521 315,00	395 195,12	8,74%	100,00%

Na rubrica “**outras**”, com uma receita cobrada no valor de 48.730,13€, foi contabilizado transferências das seguintes entidades:

- Instituto de Emprego e Formação Profissional

Pessoal CEI e CEI+ = 1.555,98€

- Ministério da Educação e Ciência

Delegação de competências (pessoal não docente) = 47.174,15€

“**Impostos diretos**” com uma receita cobrada no valor de 206.313,42€, tem um peso na receita de 6,06%.

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	REC. COBRADA	GRAU EXEC.	PESO NO TOTAL COBRADO
IMT + SISA	600 545,00	59 304,84	9,88%	28,75%
IMI + CA	2 554 931,00	56 426,04	2,21%	27,35%
Derrama	113 631,00	55 681,18	49,00%	26,99%
Imposto único de circulação	401 808,00	34 901,36	8,69%	16,92%
TOTAL DE "IMPOSTOS DIRETOS"	3 670 915,00	206 313,42	5,62%	100,00%

A rubrica que mais se destacou foi “**IMT + CA**” com uma receita cobrada no valor de 59.304,84€, representa 28,75% do total cobrado na rubrica “impostos diretos”.

“**Venda de bens e serviços correntes**” apresenta até ao momento um grau de execução orçamental de 10,26 %, representando 8,44 % do total da receita cobrada.

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	RECEITA COBRADA	GRAU EXEC.	PESO NO TOTAL COBRADO
Água	1 216 490,00	120 441,76	9,90%	41,89%
Saneamento	651 400,00	54 157,88	8,31%	18,84%
Resíduos sólidos	425 567,00	41 795,71	9,82%	14,54%
Fornecimento de Refeições Escolares	118 673,00	21 258,83	17,91%	7,39%
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	82 808,00	12 698,50	15,33%	4,42%
Outras rendas	48 298,00	5 743,10	11,89%	2,00%
Habitacões	43 818,00	6 488,08	14,81%	2,26%
Serviços desportivos	85 857,00	4 614,98	5,38%	1,61%
Parques de estacionamento	94 926,00	4 471,65	4,71%	1,56%
Prolongamento de Horários Escolares	21 061,00	2 722,68	12,93%	0,95%
Serviços culturais	4 663,00	6 628,75	142,16%	2,31%
Mercados e feiras	2 554,00	240,57	9,42%	0,08%
Outros serviços	323,00	2 169,25	671,59%	0,75%
Outros Desperdícios, resíduos e refugos	400,00	1 353,00	338,25%	0,47%
Produtos acabados e intermédios	4 205,00	232,08	5,52%	0,08%
Ligação de Ramais e Contratos de Água	811,00	0,00	0,00%	0,00%
Trabalhos por conta de particulares	314,00	2 489,20	792,74%	0,87%
Livros e documentação técnica	127,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras mercadorias	55,00	0,00	0,00%	0,00%
Sucata	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Fornecimento de Processos de Concursos	1,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DE "VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES"	2 802 352,00	287 506,02	10,26%	100,00%

Da análise do quadro da folha anterior pode-se constatar que as rubricas com melhor prestação são:

- Águas
- Saneamento
- Resíduos Sólidos

Estas 3 representam 75,27 % do total cobrado na rubrica “Venda de Bens e Serviços Correntes”.

As **receitas de capital** registaram até ao momento uma receita de 2.350.308,50 €, obtendo um grau de execução orçamental de 29,82 %.

Este tipo de receita representa 68,99 % do total das receitas efetivas.

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	REC. COBRADA	GRAU EXEC.	PESO NO TOTAL COBRADO
FEDER	3 123 563,00	0,00	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	3 823 677,00	2 297 216,75	60,08%	97,74%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200 816,00	16 734,00	8,33%	0,71%
Outras receitas de capital	425 825,00	34 000,00	7,98%	1,45%
Terrenos	237 656,00	2 357,75	0,99%	0,10%
Cooperação Técnica e Financeira	69 405,00	0,00	0,00%	0,00%
Equipamento de transporte	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Maquinaria e equipamento	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Venda outros bens de investimento	1,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL "RECEITAS DE CAPITAL"	7 880 945,00	2 350 308,50	29,82%	100,00%

“Passivos Financeiros” – Diz respeito ao valor do empréstimo contratado ao Banco Santander TOTTA, para liquidar a dívida do empréstimo PAEL junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

“Outras receitas de capital” – refere-se a cauções do fornecedor de imobilizado “Alpeso Construções, SA” e acionamento de garantia bancária.

“Fundo de Equilíbrio Financeiro” – refere-se às transferências do Orçamento de Estado.

Até ao momento registou-se uma receita no valor de 16.734,00€, o que representa 0,71% do total das transferências de capital.

“Terrenos” – a receita cobrada, no valor de 2.357,75 €, refere-se a parcelas de terreno no cemitério.

Veja-se a importância das diversas rubricas neste período:

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	REC. COBRADA	GRAU DE EXEC.	PESO NO TOTAL	
Empréstimos a médio e longo prazos	3 323 677,00	2 297 216,75	69,12	67,43%	82,78%
TRF do Orçamento de Estado	3 384 956,00	282 077,00	8,33	8,28%	
Juros de mora	26 000,00	120 527,52	463,57	3,54%	
Água	1 216 490,00	120 441,76	9,90	3,54%	
Transf. Correntes Privadas	308 283,00	81 121,99	26,31	17,22%	
IMT + SISA	600 545,00	59 304,84	9,88		
IMI + CA	2 554 931,00	56 426,04	2,21		
Derrama	113 631,00	55 681,18	49,00		
Saneamento	651 400,00	54 157,88	8,31		
Outras	999 727,00	48 730,13	4,87		
Resíduos sólidos	425 567,00	41 795,71	9,82		
Imposto único de circulação	401 808,00	34 901,36	8,69		
Outras receitas de capital	425 825,00	34 000,00	7,98		
Mercados e feiras	187 364,00	21 659,31	11,56		
Fornecimento de Refeições Escolares	118 673,00	21 258,83	17,91		
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	82 808,00	12 698,50	15,33		
Serviços culturais	4 663,00	6 628,75	142,16		
Habitações	43 818,00	6 488,08	14,81		
Outras rendas	48 298,00	5 743,10	11,89		
Serviços desportivos	85 857,00	4 614,98	5,38		
Parques de estacionamento	94 926,00	4 471,65	4,71		
Loteamentos e obras	568 763,00	4 255,10	0,75		
Outras taxas específicas das autarquias locais	29 835,00	3 514,32	11,78		
Ocupação da via pública	1 056,00	3 334,00	315,72		
Outras receitas correntes	17 220,00	2 955,24	17,16		
Mercados e feiras	1 805,00	2 766,01	153,24		
Prolongamento de Horários Escolares	21 061,00	2 722,68	12,93		
Loteamentos e obras	18 100,00	2 587,30	14,29		
Trabalhos por conta de particulares	314,00	2 489,20	792,74		
Terrenos	237 656,00	2 357,75	0,99		
Outros serviços	323,00	2 169,25	671,59		
Ocupação da via pública	241 545,00	1 838,29	0,76		
Publicidade	2 664,00	1 419,88	53,30		
Outros desperdícios, resíduos e refugos	400,00	1 353,00	338,25		
Renda terrenos	7 917,00	1 319,44	16,67		
Outros impostos indiretos específicos das autarq.localis	1,00	1 157,92	115 792,00		
Mercados e feiras	2 554,00	240,57	9,42		
Outros produtos acabados e intermédios	4 205,00	232,08	5,52		
Juros compensatórios	615,00	107,51	17,48		
Multas e penalidades diversas	2 065,00	20,33	0,98		
Taxa municipal de direitos de passagem	1,00	0,00	0,00		
Caça, uso e porte de arma	80,00	0,00	0,00		
Coimas e penalidades por contra-ordenações	1 655,00	0,00	0,00		
Bancos e outras instituições financeiras	5 000,00	0,00	0,00		
Renda bens de domínio público	601 358,00	0,00	0,00		
Estado-Particip.comunit.projetos co-financiados	29 165,00	0,00	0,00		
Livros e documentação técnica	127,00	0,00	0,00		
Outras mercadorias	55,00	0,00	0,00		
Sucata	1,00	0,00	0,00		
Fornecimento de Processos de Concursos	1,00	0,00	0,00		
Ligação de Ramais e Contratos de Água	811,00	0,00	0,00		
Equipamento de transporte	1,00	0,00	0,00		
Maquinaria e equipamento	1,00	0,00	0,00		
Outros bens de investimento	1,00	0,00	0,00		
Cooperação Técnica e Financeira	69 405,00	0,00	0,00		
FEDER	3 123 563,00	0,00	0,00		
Empréstimos a curto prazo	500 000,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL	20 588 571,00	3 406 785,23	16,55%	100,00%	
OUTRAS RECEITAS					
Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	1 026,07			
TOTAL GERAL	20 588 572,00	3 407 811,30			

Verifica-se que 4 rubricas são responsáveis pela entrada de 82,78 % das receitas efetivas.

“Empréstimos a Médio e Longo Prazo” com uma receita no valor de 2.297.216,75€ apresenta um peso de 67,43% na receita cobrada e refere-se principalmente ao empréstimo bancário contraído para liquidação do empréstimo do PAEL.

As **“TRF do Orçamento de Estado”** com uma receita cobrada no valor de 282.077,00€ apresenta um grau de execução de 8,33%.

“Juros de Mora” com uma receita de 120.527,52€ apresenta um grau de execução de 463,57% devido principalmente a valores recebidos da Autoridade Tributária referente a regularização de juros de mora de IMI e IMT nos valores de 92.844,79€ e 25.779,01€ respetivamente.

Com a venda de **“Água”** o município arrecadou até agora o valor de 120.441,76€, apresentando um grau de execução de 9,90%.

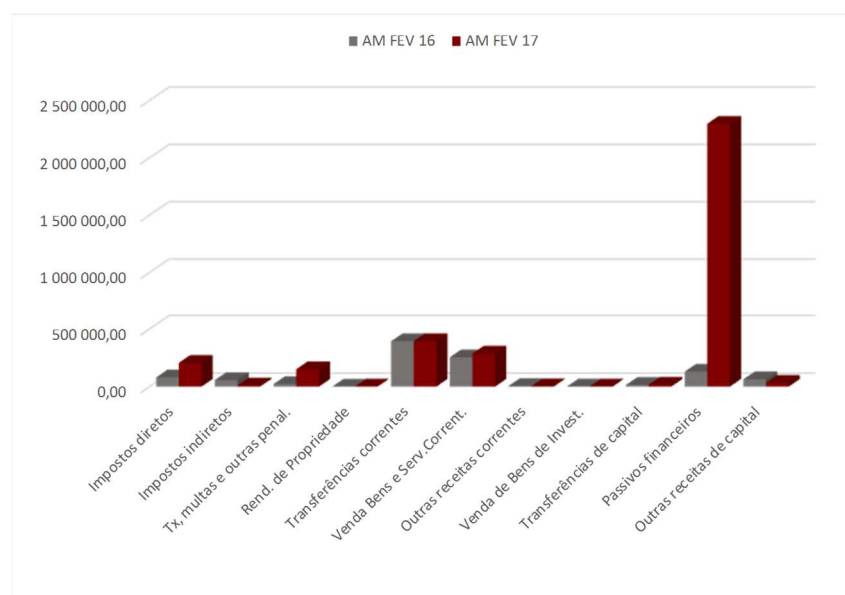
**COMPARAÇÃO DA RECEITA COBRADA
NO PERÍODO A.M. – FEV 16 E FEV 17**

CL	DESIGNAÇÃO	REC.COBRADA AM FEV 2016	REC.COBRADA AM FEV 2017	VARIAÇÃO
01	Impostos diretos	81 219,20	206 313,42	154,02%
02	Impostos indiretos	57 705,67	11 437,20	-80,18%
04	Taxas, multas e outras penalidades	22 814,20	151 750,29	565,16%
05	Rendimentos da propriedade	659,72	1 319,44	100,00%
06	Transferências correntes	394 382,96	395 195,12	0,21%
07	Venda de bens e serviços correntes	254 448,61	287 506,02	12,99%
08	Outras receitas correntes	5 323,77	2 955,24	-44,49%
	RECEITA CORRENTE	816 554,13	1 056 476,73	29,38%
09	Venda de bens de investimento	2 369,54	2 357,75	-0,50%
10	Transferências de capital	15 130,00	16 734,00	10,60%
12	Passivos financeiros	130 000,00	2 297 216,75	1667,09%
13	Outras receitas de capital	64 100,00	34 000,00	-46,96%
	RECEITA DE CAPITAL	211 599,54	2 350 308,50	1010,73%
	TOTAL DE RECEITAS EFETIVAS	1 028 153,67	3 406 785,23	231,35%

Analisando o quadro acima pode-se concluir que em 2017, quando comparado com o valor do período homólogo, registou-se um aumento de 231,35%, esta variação deveu-se em muito ao empréstimo bancário contraído para liquidação do empréstimo do PAEL no valor 2.297.216,75€ e ao valor recebido da Autoridade Tributária referente a regularização de juros de mora no valor de 118.623,80€.

As receitas correntes aumentaram 29,38%, ou seja, 239.922,60€ e as receitas de capital aumentaram 1.010,73 %, ou seja, 2 138 708,96€.

Representação gráfica:



2.2. DESPESA

Até à data a despesa comprometida é de 14.002.255,67€, correspondendo a 68,01 % do orçamentado.

CL	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	COMPRO-MISSO	FATURADO	PAGO	DIVIDA	% DIVIDA
01	Despesas com o pessoal	5 315 373,00	5 112 602,38	464 595,39	404 071,77	60 523,62	69,69%
02	Aquisição de bens e serviços	5 058 301,00	3 705 386,74	1 119 071,53	451 037,90	668 033,63	
03	Juros e outros encargos	192 680,00	137 527,27	20 958,69	19 374,12	1 584,57	
04	Transferências correntes	445 568,00	169 380,86	55 801,66	8 238,08	47 563,58	
06	Outras despesas correntes	309 651,00	183 107,84	12 309,34	12 037,69	271,65	
DESPESA CORRENTE		11 321 573,00	9 308 005,09	1 672 736,61	894 759,56	777 977,05	
07	Aquisição de bens de capital	5 459 236,00	1 413 244,93	343 987,70	17 781,81	326 205,89	30,31%
08	Transferências de capital	26 280,00	1 018,12	1 018,12	1 018,12	0,00	
09	Ativos financeiros	70 908,00	70 908,00	0,00	0,00	0,00	
10	Passivos financeiros	3 710 575,00	3 209 079,53	2 363 749,97	2 351 555,45	12 194,52	
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL		9 266 999,00	4 694 250,58	2 708 755,79	2 370 355,38	338 400,41	
TOTAL DA DESPESA		20 588 572,00	14 002 255,67	4 381 492,40	3 265 114,94	1 116 377,46	100,00%
			68,01%				
				31,29%			
					74,52%		
						25,48%	

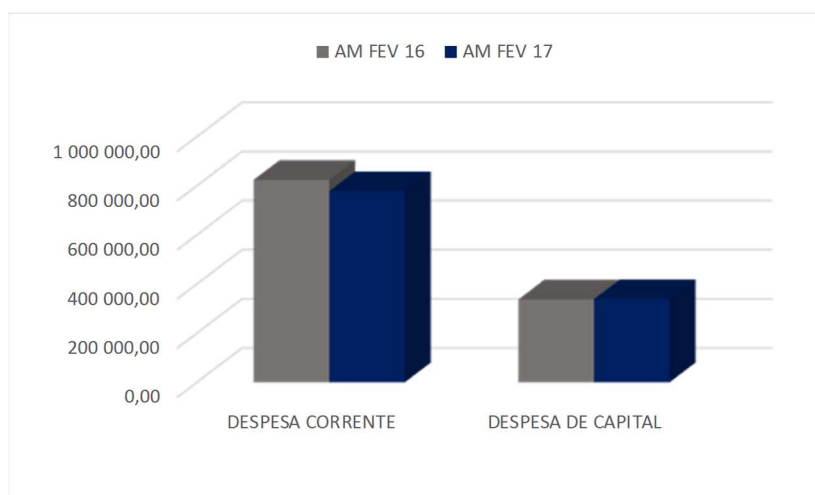
Deste valor foram faturados 4.381.492,40€ e pagos 3.265.144,94€, encontrando-se em divida 1.116.377,46€. Nesta data a divida do município representa 25,48 % do valor faturado.

Quanto à distribuição da divida verificamos que é de 69,69 % em despesas correntes e 30,31 % em despesas de capital.

Comparando a situação atual com a verificada em igual período do ano passado, constatamos que houve uma diminuição da divida, em termos orçamentais, de 3,86%.

CL	DESIGNAÇÃO	DIVIDA - AM FEV 16	DIVIDA - AM FEV 17	VAR.
01	Despesas com o pessoal	12 171,60	60 523,62	397,25%
02	Aquisição de bens e serviços	752 828,36	668 033,63	-11,26%
03	Juros e outros encargos	2 945,87	1 584,57	-46,21%
04	Transferências correntes	55 781,40	47 563,58	-14,73%
06	Outras despesas correntes	5,62	271,65	4733,63%
TOTAL DE DESPESA CORRENTE		823 732,85	777 977,05	-5,55%
07	Aquisição de bens de capital	322 487,57	326 205,89	1,15%
08	Transferências de capital	14 919,56	0,00	-100,00%
09	Ativos financeiros	0,00	0,00	-
10	Passivos financeiros	0,00	12 194,52	-
TOTAL DE DESPESA DE CAPITAL		337 407,13	338 400,41	0,29%
TOTAL DE DESPESAS		1 161 139,98	1 116 377,46	-3,86%

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DÍVIDA



Quanto ao investimento, pode-se verificar que até esta data se encontra comprometido 25,89% do previsto para o ano, do qual 24,34 % foi faturado.

CL	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	COMPRO-MISSO	FATURADO	PAGO	DÍVIDA
07	Aquisição de bens de capital	5 459 236,00	1 413 244,93	343 987,70	17 781,81	326 205,89
			25,89%			
			24,34%			
				5,17%		
				94,83%		

Veja-se no PPI quais os projetos em execução.

(Informações mais detalhadas no “Balancete do PPI”, em anexo)

DESCRIÇÃO	Financiamento Definido	Compromisso	Realizado	Pago	Dívida
Requal. Urbana - Praça República e Monumento Trab. Ferroviário	171 168,00	171 167,34	171 167,34	0,00	171 167,34
Contrato de manutenção - Servidores e Ativos de rede	30 900,00	18 117,90	18 117,90	0,00	18 117,90
Cemitério - Ampliação	17 740,00	17 313,32	17 313,32	0,00	17 313,32
Ciclovía - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	610 000,00	19 372,50	16 789,50	0,00	16 789,50
Manutenção de rotundas, espaços verdes e outras instalações	25 439,00	15 475,52	15 475,52	0,00	15 475,52
Aquisição/grande reparação - viaturas RSU	24 790,00	14 785,20	14 785,20	5 728,82	9 056,38
Requalificação dos Espaços Verdes	450 000,00	13 530,01	12 177,00	0,00	12 177,00
SUB-TOTAL	1 330 037,00	269 761,79	265 825,78	5 728,82	260 096,96
% (PRINCIPAIS PROJETOS NO TOTAL DO PPI)	24,36%	19,09%	77,28%	32,22%	79,73%
OUTROS PROJETOS	4 129 199,00	1 143 483,14	78 161,92	12 052,99	66 108,93
TOTAL DO PPI	5 459 236,00	1 413 244,93	343 987,70	17 781,81	326 205,89

Em 24,36 % dos investimentos previstos, comprometeu-se 19,09 % da verba.

Existem ainda os seguintes projetos com um peso de 69,25% dos investimentos previstos, no entanto, com uma realização de apenas 11,57% até ao momento.

DESCRIÇÃO	FINANC. DEFINIDO	COMPRO- MISSO	REALIZADO
Cine teatro S. João - Remodelação e Modernização	720 000,00	43 377,18	0,00
Ciclovía - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	610 000,00	19 372,50	16 789,50
Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)	529 871,00	506 612,91	1 845,00
Requalificação dos Espaços Verdes	450 000,00	13 530,01	12 177,00
Requalificação da Estrada da Barroca	450 000,00	9 052,81	3 621,12
Melhoria do desempenho energético do município - Iluminação pública (ITI)	420 823,00	0,00	0,00
Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)	300 000,00	21 525,00	5 381,25
Requalificação do Bairro Municipal da R.Gen.Humberto Delgado (Eficiência Energética) - PAICD	300 000,00	290 421,83	0,00
SUB-TOTAL	3 780 694,00	903 892,24	39 813,87
% (PRINCIPAIS PROJETOS NO TOTAL DO PPI)	69,25%	63,96%	11,57%
OUTROS PROJETOS	1 678 542,00	509 352,69	304 173,83
TOTAL DO PPI	5 459 236,00	1 413 244,93	343 987,70

2.3. ANÁLISE DA DÍVIDA GLOBAL DO MUNICÍPIO

Uma vez que os saldos patrimoniais ainda não transitaram de 2016 para 2017, visto que o ano de 2016 em termos contabilísticos ainda se encontra em aberto, não é ainda possível calcular a dívida à data da elaboração deste relatório, pelo que o quadro seguinte respeita à dívida apurada à data de 31 de Dezembro de 2016, com a respetiva comparação com o ano anterior (os valores em questão são ainda provisórios, visto que, estão a decorrer operações de fim de ano).

Conta	RUBRICAS	Valor (€)	Valor (€)	VAR
	A MÉDIO E LONGO PRAZO	Dez.2015	Dez.2016	
	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	8 900 342,55	7 994 867,39	-10,17%
	A CURTO PRAZO			
	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00	-
	Fornecedores			
22	Fornecedores gerais c/c	1 630 825,12	1 403 460,43	-13,94%
261	Fornecedores de imobilizado - c/c	294 162,66	251 807,78	-14,40%
	Total "Fornecedores"	1 924 987,78	1 655 268,21	-14,01%
	Outros			
24	Estado e outros entes públicos	63 933,38	63 447,28	-0,76%
264	Administração autárquica	18 841,78	1 387,56	-92,64%
268	Devedores e credores diversos	877 549,74	803 412,43	-8,45%
	Total "Outros"	960 324,90	868 247,27	-9,59%
	Total de débitos de curto prazo	2 885 312,68	2 523 515,48	-12,54%
	DÍVIDA TOTAL	11 785 655,23	10 518 382,87	-10,75%

No que diz respeito à posição do endividamento não seguem nesta informação os mapas do respetivo apuramento, devido aos trabalhos de fim de ano que estão neste momento a decorrer e que podem influenciar os valores.

A dívida de médio e longo prazo, composta no total de empréstimos bancários, era de 7.994.867,39 €.

A curto prazo, a dívida era de 2.523.515,48 €, sendo:

- Fornecedores – 1.655.268,21€
- Outros credores – 868.247,27 €

Na rubrica “devedores e credores diversos” encontra-se dívida a diversas entidades, tais como:

Direção-Geral de Proteção Social (ADSE)

Instituições sem Fins Lucrativos – Apoios pontuais e permanentes que foram deliberados mas que ainda não foram pagos.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Referente a quotas e projetos com comparticipação dos vários municípios que a compõem.

Manuel Barroso Tavares - referente à compra do estúdio 121.

Para além destas entidades temos ainda:

Operações de Tesouraria – Referente a encargos que serão pagos no mês seguinte

Cauções / garantias de fornecedores de imobilizado

Face a dezembro de 2016 e até à data houve uma redução da dívida em 10,75%, ou seja, - 1.267.272,36€.

2.5. PAGAMENTOS EM ATRASO

O nº 1 do artigo 55 da Lei do OE para 2016 refere que as entidades enquadradas no subsetor da administração local são obrigadas a reduzir no mínimo em 10 % dos pagamentos em atraso (PA) registados no SIIAL com mais de 90 dias à data de setembro de 2015.

No caso de incumprimento das reduções previstas no referido artigo há lugar a uma redução das transferências do OE no valor equivalente a 20 % do montante que excede.

O Município não tem neste momento pagamentos em atraso (divida vencida com mais de 90 dias a contar da data de vencimento), cumprindo assim os objetivos estipulados no OE para 2016.

Estão neste momento excecionados dos pagamentos em atraso os movimentos abaixo indicados.

Acordos de Pagamento (nº 2, art.º 4 DL 127/2012)

Entidade	Total			
		2017	2018	2019
Águas do Centro, S.A.	172 910,65	73 154,51	79 804,92	19 951,22
TOTAL	172 910,65	73 154,51	79 804,92	19 951,22

Exceção por ato imputável ao credor

ENTIDADE	TOTAL	OBSERVAÇÕES (MOTIVO DE EXCLUSÃO)
J.Salvador ,LDA.(Praça Republica)	171 167,34	Incump. Imput. ao credor (Nº 2 Art.º4 DL 127/2012)
GIMA, LDA.	5 368,95	Incump. Imput. ao credor (Nº 2 Art.º4 DL 127/2012)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	11 070,00	Incump. Imput. ao credor (Nº 2 Art.º4 DL 127/2012)
TOTAL DE EXCEÇÕES POR INCUMPRIMENTO IMPUTÁVEL AO CREDOR	187 606,29	

No que diz respeito à entidade João Salvador (171.167,34 €) refere-se de uma divida que está registada na nossa contabilidade mas cuja sua regularização não está dependente do município e por isso encontra-se excluída dos pagamentos em atraso.

A regularização seria através da cedência de um terreno, contudo, com a insolvência da firma a escritura de venda nunca foi efetuada.

Em relação à entidade GIMA, Lda ainda não se encontra confirmada por parte dos serviços, visto que, falta a entidade apresentar documentação para viabilizar o pagamento.

Em relação à Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados o contrato foi dado como nulo tendo a entidade sido notificada desta decisão. Até conclusão do processo os pagamentos estão suspensos.

2.6 – MONITORIZAÇÃO DO EMPRESTIMO PAEL (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

O **PAEL – Programa de Apoio à Economia Local** foi aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro. Teve como principal objetivo o equilíbrio das contas públicas, designadamente a redução dos montantes dos pagamentos em atraso dos municípios. Sob a forma de empréstimo celebrado entre os municípios aderentes e o Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, foi concedida aos municípios uma linha de crédito no valor de 1.000.000.000€, para regularização das dívidas a fornecedores que se encontrassem vencidas há mais de 90 dias e registadas na DGAL a 31 de março de 2012.

O PAEL divide-se em dois Programas:

Programa I - integra os municípios que se encontravam à data da candidatura abrangidos por um Plano de reequilíbrio financeiro e numa situação de desequilíbrio estrutural à data de 31-12-2011;

Programa II – para os restantes municípios.

O Município do Entroncamento recorreu ao Programa II tendo sido concedido um empréstimo no valor de **3.400.449,23€**, cujo contrato foi assinado em 16-11-2012. O capital foi disponibilizado em duas tranches, a primeira no valor de 70% do montante financiado após obtenção do VISTO do Tribunal de Contas e a 2.ª no valor de 30% após cumpridos todos os pressupostos necessários para o efeito.

O Empréstimo foi concedido pelo prazo de 14 anos sendo o reembolso do capital efetuado em 28 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15/05/2013 e a última em 15/11/2026.

Tendo em conta que a taxa de juro contratada aquando da assinatura do contrato, estava desadequada face aos valores atuais de mercado, em 2016 foi iniciada uma operação de substituição de dívida, com vista à redução do valor dos juros a pagar até ao final do contrato. O contrato, no valor de 2.297.216,75€, foi celebrado com o Banco Santander TOTTA, S.A., obteve o Visto do tribunal de Contas em 21-12-2016 e permitiu o pagamento total do valor em dívida à Direção Geral do Tesouro e Finanças. Com esta operação o Município poupou cerca de 100.000€ em juros.

Com a celebração deste novo contrato de empréstimo, mantém-se a obrigatoriedade de prestação da informação definida aquando da candidatura inicial ao PAEL. Ou seja, no âmbito do PAEL os municípios ficaram obrigados ao cumprimento de um conjunto de regras e condições que, caso não sejam cumpridas, determinam a aplicação de sanções, fazendo incorrer os municípios em responsabilidade financeira.

Uma das condições para a concessão do empréstimo foi a elaboração de um Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), o qual tem a duração equivalente à do empréstimo concedido pelo Estado. Este Plano contém um conjunto de medidas específicas e quantificadas, as quais visam a recuperação da situação financeira do município.

Para verificação do cumprimento do atrás citado PAF, o artigo 12.º da Lei n.º 43/2012 determina os termos em que deve ser efetuada a monitorização e acompanhamento do PAEL. Sendo:

- a) Pela assembleia municipal, trimestralmente, através de informação prestada pela câmara municipal;
- b) Pela DGAL, na sequência da prestação de informação prestada pela câmara municipal;
- c) Pela Inspeção Geral de Finanças (IGF), através da realização de auditorias sistemáticas aos municípios que integram o Programa I e regulares aos municípios que integram o Programa II.

Assim e para cumprimento da alínea a) do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, anexam-se os seguintes quadros:

Quadro I – Situação Financeira Atual e Previsões de Evolução

Quadro II – Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro

Quadro III – Evolução Previsional da Receita e da Despesa

Quadro IV – Mapa Previsional da Evolução da Dívida de Curto e Médio e Longo Prazo

Estes quadros foram disponibilizados pela DGAL, tendo em vista uma uniformização da estrutura da informação que cada município deverá prestar nos respetivos relatórios. Os valores apresentados nos mapas têm por base três colunas:

- O valor que se encontrava definido no PAF e que foi objeto de apreciação em fase de candidatura ao PAEL (são inalteráveis);
- Os valores realizados no ano;
- A diferença entre o esperado e o atingido.

De salientar que os valores referidos nos mapas poderão vir a sofrer alguns ajustes, uma vez que o ano de 2016, à data da elaboração do presente Relatório, ainda não se encontra encerrado. Os serviços encontram-se nesta data a iniciar o processo de Prestação de Contas do ano de 2016, pelo que, no decurso das conferências que estão a ser efetuadas, poderão vir a ocorrer eventuais correções, as quais, sempre que possível são imputadas ao ano a que respeitam. Os valores definitivos farão parte do Relatório que acompanhará os documentos de Prestação de Contas de 2016.

Quadro I – Situação Financeira Atual e Previsões de Evolução

O Quadro I, que se encontra em anexo ao presente Relatório, contém devidamente discriminada a situação financeira do município desde a sua adesão ao PAEL até ao final do ano de 2016.

Da análise ao referido Quadro I e em relação ao ano de 2016, verifica-se que o valor total das receitas correntes cobradas foi de 11.182.796,36 €, o qual correspondeu a um nível de execução de 90%, um valor bem próximo do estimado no PAF. A mesma situação ocorreu em relação ao total das despesas correntes, cujo valor de 9.890.760,58€ correspondeu a uma execução de 91%.

Já em relação às receitas de capital o total ascendeu a 1.529.991,18€ e as despesas de capital a 2.182.750,59€, valores próximos de 50% do estimado.

	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Receita corrente	12.412.849,34	11.182.796,36	90%
Receita capital	2.984.800,55	1.529.991,18	51%
Reposições não abatidas nos pagamentos	9.417,57	34.598,70	367%
Receita total	15.407.067,47	12.747.386,24	83%

Despesas Correntes	10.812.119,51	9.890.760,58	91%
Despesas de capital	4.551.093,82	2.182.750,59	48%
Despesa total	15.363.213,32	12.073.511,17	79%

Em relação ao Endividamento total do município, o valor foi de 10.518.382,87€, o que equivale a um aumento de 211.074,87€ relativamente ao estimado.

O total da dívida a fornecedores foi de 1.655.268,21€, situação bastante positiva, uma vez que foi de menos 395.140,79€ do que havia sido previsto no PAF.

A componente “Outra dívida a terceiros não financiada” inclui, entre outros, os seguintes valores:

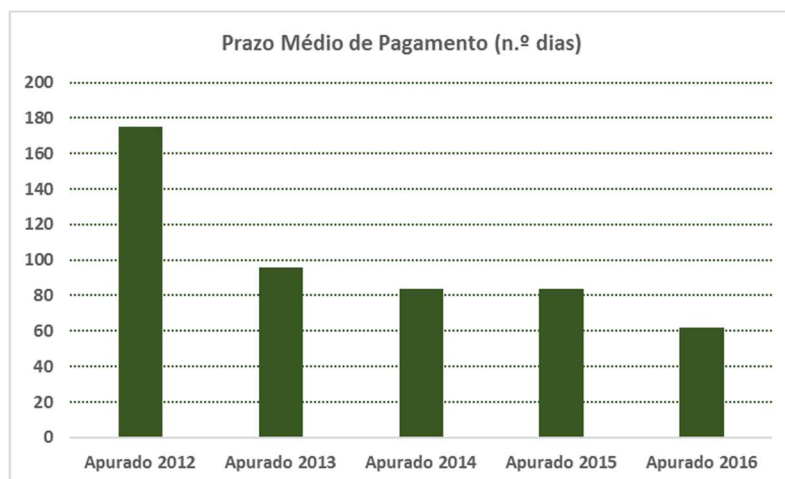
- 354.542,86€ - valor em dívida referente ao FAM;
- 118.934,00€ - de dívida a Manuel Barroso Tavares, Lda., relativa à compra do Estúdio 121 e que se encontra a ser liquidada em prestações;
- 208.006,41€ - valor referente a cauções/garantias de fornecedores de imobilizado, o qual apenas pode ser restituído quando ocorrerem as receções definitivas das respetivas empreitadas;
- 55.195,98€ - saldo referente a regularização de verbas ainda por receber, bem como de dívidas a pagar à Agência de Desenvolvimento e Coesão, relativamente às candidaturas “Construção da Escola Básica Norte do Entroncamento” e “Construção da Nova Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Ruy D’Andrade”.

Em resumo:

	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	Desvio
Dívida de Médio e longo prazo	7.749.012,00	7.994.867,39	103%
Dívida de Curto prazo	0,00	0,00	0%
Dívida a Fornecedores	2.050.409,61	1.655.268,21	81%
Outra dívida a terceiros não financeira	507.886,74	868.247,27	171%
Endividamento total	10.307.308,35	10.518.382,87	102%

Ainda em relação ao Quadro I, verifica-se que o Prazo Médio de Pagamento embora esteja um pouco aquém dos valores estimados no PAF, tem vindo a diminuir conforme se discrimina:

Prazo médio de pagamento (n.º dias)	
Apurado 2012	175
Apurado 2013	96
Apurado 2014	84
Apurado 2015	84
Apurado 2016	62



Quadro II – Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro

O Quadro II tem como finalidade a monitorização e acompanhamento das medidas propostas no PAF, e que visavam o aumento da receita do município bem como a redução gradual da despesa.

Aumento da receita

Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários

Ficou definido no PAF que uma das medidas que visavam o aumento da receita seria a maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos Tarifários de Abastecimento de Água, Saneamento de águas residuais e Gestão de Resíduos Sólidos.

O município comprometeu-se, no âmbito do PAEL, a um aumento de 3% dos tarifários acima designados, tendo o mesmo vindo a ser aprovado em 2013 em reunião de câmara de 06 de maio de 2013.

Em 2014 e 2015 não se verificaram aumentos numa tentativa de aliviar as famílias e ajudar a ultrapassar as dificuldades inerentes a uma crise que já se arrasta desde 2012. Para compensar o facto de não ter havido aumentos desta natureza, o município procurou reduzir os seus custos de funcionamento.

Em reunião de câmara de 16 de novembro de 2015 e na sequência das instruções recebidas da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a câmara municipal deliberou proceder à aprovação de novos tarifários de abastecimento de água, águas residuais e gestão de resíduos para 2016. Assim:

- Abastecimento de Água – manter o tarifário praticado em 2015;
- Saneamento de Águas Residuais – reduzir o tarifário em 22,7%;
- Gestão de Resíduos Urbanos – aumentar o tarifário em 3%.

De um modo geral, em relação aos valores previstos em sede de candidatura verifica-se que em 2012 houve um desvio de -2%, em 2013 de -14%, -30% em 2014 e 2015.

Em 2016 o desvio foi de -85%.

Apesar de os valores se situarem abaixo do previsto verifica-se que houve um aumento considerável da receita face aos valores executados em 2011 (2012 = +591.322,84€, 2013 = + 596.864,71€, 2014 = +562.366,00€, 2015 =+592.918,24€ e 2016=+453.926,52€).

Descrição	2011	2012		2013		2014		2015		2016	
		Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011
Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	1.853.811,24	2.445.134,08	591.322,84	2.450.675,95	596.864,71	2.416.177,24	562.366,00	2.446.729,48	592.918,24	2.307.737,76	453.926,52
			32%		32%		30%		32%		24%

Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município

Em relação ao ponto 2, o Plano de Ajustamento Financeiro previa um aumento de 3% em 2013, 15% em 2014 e 5% em 2015. Relativamente a 2013 foi deliberado em reunião de câmara de 06 de maio de 2013 um aumento das taxas em 3%, em relação a 2014, 2015 e 2016 a decisão foi de não proceder ao aumento estipulado no PAF.

O Município do Entroncamento tem vindo a procurar o equilíbrio das suas contas, através de uma redução significativa das despesas de funcionamento, em detrimento do aumento da receita, como forma de contribuir para a recuperação do tecido empresarial local. Um aumento das taxas iria ter um impacto negativo em toda a atividade económica do município.

Tendo por comparação os valores executados no ano de 2011, verifica-se que entre 2012 e 2016 os valores executados foram significativamente inferiores ao ano base.

Os valores executados, quando comparado com os valores previstos, apresentaram desvios de 48% em 2012 (-139.846,53 €), 68% em 2013 (-184.391,25 €), 107% em 2014 (-219.409,56 €), 126% em 2015 (-168.487,85 €) e 165% em 2016 (-114.188,91€).

Tendo as principais taxas origem na atividade da construção civil (loteamentos e obras, taxa de urbanização...), a eficácia de aumentos nas taxas é muito reduzida, podendo mesmo ter o efeito inverso. Só uma mudança radical da conjuntura atual é que levará ao aumento deste tipo de receitas.

A recuperação dos níveis de receita de 2011 não se resolve apenas com o aumento das taxas, mas sim com o crescimento da economia.

Outras medidas com impacto no aumento da receita

Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis

As previsões efetuadas neste âmbito remetiam para aumentos da receita baseados na reavaliação do património urbano realizado pelo Ministério das Finanças.

Na altura da candidatura admitia-se um impacto direto de 40% fruto desta reavaliação, o qual não se concretizou.

Face aos valores previstos em sede de candidatura, verifica-se que em 2012 houve um desvio de 37%, em 2013 de 286%, em 2014 de 195%, em 2015 de 308% e em 2016 de 618%.

Apesar dos valores se situarem abaixo do inicialmente previsto verifica-se que tiveram aumentos face aos valores registados em 2011, ou seja, em 2012 o município recebeu mais 151.297,13€, em 2013 mais 237.420,79€, em 2014 mais 337.390,61€, em 2015 mais 256.305,25€ e em 2016 mais 148.781,45€.

Medida 3.1	2011	2012		2013		2014		2015		2016	
		Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011
IMI	2.295.777,31	2.447.074,44	151.297,13	2.533.198,10	237.420,79	2.633.167,92	337.390,61	2.552.082,56	256.305,25	2.444.558,76	148.781,45
			6,59%		10,34%		14,70%		11,16%		6,48%

O município irá procurar formas de minimizar os desvios verificados, nomeadamente através da contenção das despesas.

Redução da Despesa

Redução de 5% ao ano, sobre o ano anterior, em "aquisição de bens e serviços" à exceção de aquisição de água conforme justificado em anexo.

O município comprometeu-se em reduzir 5% nas aquisições de bens e serviços face ao ano anterior. Da análise do quadro não é possível aferir o cumprimento desta medida porque os valores registados dizem respeito aos valores pagos (execução da receita), ou seja, tendo em conta que os anos de 2012 e 2013 foram anos de ajustamento verifica-se que houve mais pagamentos do que os registados em 2011, o que não significa que o município tenha aumentado os seus custos.

Retirando efeito do PAEL, cujos pagamentos na rubrica 02 foram na ordem dos 1.541.643,68 €, ficamos com o seguinte cenário:

	VALOR	VAR
Valor executado em 2011	3.931.742,61	
Ano 2012		
Valor executado em 2012	4.726.606,90	
Diferença 2011/2012	794.864,29	16,82%
Ano 2013		
Valor executado em 2013	6.078.954,43	
Valor dos pagamentos PAEL em 2013	1.541.643,68	
Valor executado em 2013 (sem PAEL)	4.537.310,75	
Diferença 2012/2013	-189.296,15	-4,00%
Ano 2014		
Valor executado em 2014	4.572.739,14	
Diferença 2013/2014	35.428,39	0,78%
Ano 2015		
Valor executado em 2015	4.159.856,06	
Diferença 2014/2015	-412.883,08	-9,03%
Ano 2016		
Valor executado em 2016	4.219.037,97	
Diferença 2015/2016	59.181,91	1,42%

Tendo por base os valores de 2011 e retirando o efeito que o PAEL teve na económica 02, em 2013 a diferença dos valores executados diminui relativamente ao ano anterior (- 4,0 %).

Em 2014 verifica-se um ligeiro aumento face ao ano anterior (+35.428,39 € - 0,78%), em 2015 a redução face ao ano anterior foi de 9,03%, ou seja, menos 412.883,08€ e em 2016 um aumento de 59.181,91€, correspondendo a 1,42%.

Recursos humanos 3 por 1

Outra das medidas de redução das despesas é a diminuição do n.º de trabalhadores, pelo que o município só admitirá 1 trabalhador por cada 3 que se aposentem, ou cessem a sua atividade com o município.

No final de 2016 o município tinha 311 funcionários, o que significa uma redução de 2 funcionários relativamente ao ano de 2015 (313 funcionários). No que respeita a movimentações de pessoal, verificaram-se 4 saídas e 2 entradas, todos enquadrados no regime da Mobilidade.

Assim, em comparação com 2012, verifica-se que em 2013 não houve quaisquer admissões de pessoal, tendo havido 7 saídas.

Em 2014 houve 3 admissões de pessoal, contudo, o saldo entre entradas e saídas fixou-se em 17 funcionários a menos face ao ano anterior.

Em 2015 houve 4 admissões de pessoal, tendo o saldo entre entradas e saídas sido de 6 funcionários a menos face ao ano anterior.

Em resumo, face ao ano de 2012 a evolução foi a seguinte:

	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Funcionários	343	336	319	313	311
Dif. face ao ano anterior	-	-7	-17	-6	-2

Em termos gerais verifica-se uma redução global de 32 funcionários.

No que diz respeito às remunerações a evolução foi a seguinte:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Remunerações	3.888.025,61	4.115.067,64	3.939.571,30	3.841.209,20	3.859.212,30
Dif. face ao ano anterior		227.042,03	-175.496,34	-98.362,10	18.003,10

Redução faseada de 5% ao ano nos primeiros 5 anos do Plano de transferências para instituições sem fins lucrativos

Por ultimo, outro dos compromissos assumidos pelo PAF foi a redução de 5% nas transferências a efetuar a instituições sem fins lucrativos, designadamente a Associações, Clubes e outras Entidades com sede no concelho. Incide sobre a verba atribuída em cada ano e tem aplicação nos primeiros 5 anos do Plano de Ajustamento Financeiro.

Os valores atribuídos a instituições sem fins lucrativos nos últimos anos foram os seguintes:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Valor dos apoios permanentes	170.600,00	155.600,00	142.545,00	135.075,00	128.557,69
Diferença entre anos	-	-15.000,00	-13.055,00	-7.470,00	-6.517,31
Variação	-	-8,79%	-8,39%	-5,24%	-4,82%

Nos anos de 2014 e 2015 a poupança ficou acima do previsto no PAF. Em 2016, o valor total dos apoios atribuídos foi de 128.557,69€. Para cumprimento dos limites estipulados no Plano, o limite máximo era de 128.321,15€, pelo que o município excedeu em apenas 236,44€ o valor previsto.

Apoios para 2016	Valor concedido	
Deliberação de 21-12-2015	91.398,00	Várias entidades
Deliberação de 04-02-2016	28.947,50	Várias entidades
Deliberação de 18-07-2016	4.400,00	Assoc.Filarmónica e Cultural
Deliberação de 21-11-2016	1.547,19	Bombeiros Voluntários Ent.º
Deliberação de 06-06-2016	300,00	Fab. Igreja (edição revista)
Deliberação de 07-03-2016	1.845,00	CLAC - Trilhos Almourol
Deliberação de 06-06-2016	120,00	Agrup.Escolas (edição Livro)
Total atribuído em 2016.....	128.557,69	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município: Entrancamento

Data: 31-12-2016

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2012		2012		2013		2013		2014		2014		2015		2015		2016		2016			
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita																								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários.	01-01-2013	1.853.811,24	605.236,64	33%	591.322,84	-2%	679.008,08	37%	596.864,71	-14%	732.501,87	40%	562.366,00	-30%	771.296,56	42%	592.918,24	-30%	837.959,34	45%	453.926,52	-85%		
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2013	552.807,81	-72.778,91	-13%	-139.846,53	48%	-58.378,04	-11%	-184.391,25	68%	15.786,43	3%	-219.409,56	107%	44.216,14	8%	-168.487,85	126%	74.067,34	13%	-114.188,91	165%		
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita																								
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis	01-01-2013	2.295.777,31	206.543,59	9%	151.297,13	-37%	916.200,02	40%	237.420,79	-286%	994.368,73	43%	337.390,61	-195%	1.045.066,88	46%	256.305,25	-308%	1.068.631,85	47%	148.781,45	-618%		
... discriminar cada medida numa linha																								
Total Aumento de receita (B.1)		4.702.396,36	739.001,32	16%	602.773,44	-23%	1.536.830,06		649.894,25	-136%	1.742.657,02	37%	680.347,05	-156%	1.860.579,59	40%	680.735,64	-173%	1.980.658,53	42%	488.519,06	-305%		
B.2 Redução da despesa																								
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais																								
4.1. Redução de 5% ao ano, sobre o ano anterior, em "aquisição de bens e serviços" à exceção de aquisição de água conforme justificado em anexo.	01-01-2013	3.931.742,61	0,00	0%	-794.864,29	100%	180.948,90	5%	-605.568,14	130%	185.267,40	5%	-640.996,53	129%	189.730,90	5%	-228.113,45	183%	195.041,55	5%	-287.295,36	168%		
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa																								
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades																								
5.1 Recursos humanos 3 por 1	01-01-2014	1.339.186,65	0,00	0%	0,00	#DIV/0!	0,00	0%	43.397,84	100%	12.015,87	1%	175.496,34	1461%	20.542,02	2%	98.362,10	479%	50.911,31	4%	18.003,10	35%		
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros																								
5.2. Redução faseada de 5% ao ano nos primeiros 5 anos do Plano de transferências para instituições sem fins lucrativos	01-01-2013	113.737,80	0,00	0%	56.862,20	100%	9.746,18	9%	15.000,00	35%	8.779,75	8%	13.055,00	33%	8.911,45	8%	7.470,00	-19%	9.089,68	8%	6.517,31	-39%		
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		5.384.667,06	0,00		-738.002,09		190.695,08	4%	-547.170,30	135%	206.063,02	4%	-452.445,19	146%	219.184,36	4%	-122.281,35	279%	255.042,54	5%	-262.774,95	197%		
B.3 Outras medidas																								
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)																								
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacte financeiro para o município b)																								
8. Outras medidas b)																								
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00			
Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)		10.087.063,42	739.001,32	7%	-135.228,65	-18%	1.727.525,14	17%	102.723,95	-1582%	1.948.720,05	19%	227.901,86	-755%	2.079.763,95	21%	558.454,29	-272%	2.235.701,07	22%	225.744,11	-890%		

b) Indicação do tipo de impacte que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

Quadro III – Evolução Previsional da Receita e da Despesa

O Quadro III incide sobre a evolução previsional da Receita e da Despesa e engloba todos os indicadores suscetíveis de determinar a sua evolução, desde a adesão do município ao PAEL até final de 2016. Algumas considerações foram já efetuadas na análise ao Quadro I.

EVOLUÇÃO DA RECEITA

Verifica-se que as receitas estimadas de IMI, IMT e Derrama ficaram em média a rondar os 75%, um pouco abaixo do previsto. Contudo verificou-se uma receita superior ao estimado na rubrica “Outros impostos diretos”, a qual respeita ao Imposto Único de Circulação, que obteve uma receita de 416.634,77€.

Relativamente aos Impostos Indiretos a receita foi de 192.569,71€ e taxas, multas e outras penalidades de 279.013,62€, ambas correspondendo a cerca de 75% do estimado no PAF. De referir, que se tratam de receitas diretamente relacionadas com os munícipes e as empresas do concelho, pelo que se consideram bastante aceitáveis, atendendo a situação económica e financeira difícil que se tem vivido nos últimos anos.

A receita proveniente das Transferências Correntes foi superior ao esperado, 4.384.373,48€ e inclui as receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (1.674.627,00€), do Fundo Social Municipal (274.907,00€) e a Participação Fixa no IRS (1.154.679,00€). Engloba também as receitas provenientes do Instituto de Gestão Financeira da Educação (622.961,81€), destinadas a comparticipar o pagamento ao pessoal não docente das Escolas (490.355,72€), Acordo de Cooperação de Educação Pré-Escolar (112.606,09€) e Gestão do Parque Escolar (20.000,00€), entre outras.

Em relação à Venda de Bens o total foi de 1.273.973,54€, correspondendo a 90% do valor estimado no PAF, e provém maioritariamente da venda de água (1.269.230,98€). No que respeita à Prestação de Serviços a receita obtida foi de 1.376.885,99€ o que representa 81% relativamente ao estimado.

No total a Receita Corrente cobrada foi de 11.182.796,36€, cerca de 90% do valor estimado no PAF.

Em resumo:

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
IMI	3.364.409,16	2.444.558,76	73%
IMT	691.457,70	491.616,49	71%
Derrama	163.421,51	131.866,08	81%
Outros	389.387,89	416.634,77	107%
Impostos indiretos	250.932,55	192.569,71	77%
Taxas, multas e outras penalidades	375.942,60	279.013,62	74%
Rendimentos da propriedade	33.942,29	10.927,52	32%
Transferências correntes	3.955.568,30	4.384.373,48	111%
Venda de bens	1.412.000,92	1.273.973,54	90%
Serviços	1.702.281,07	1.376.885,99	81%
Rendas	73.234,77	85.589,07	117%
Outras receitas correntes	270,59	94.787,33	35030%
Receita corrente	12.412.849,34	11.182.796,36	90%

Os desvios mais significativos verificaram-se nas Receitas de Capital, cujo total foi de 1.529.991,18€, apenas 51% do estimado. Contudo, é importante referir que as receitas de capital são maioritariamente provenientes dos Fundos Comunitários FEDER, sendo que o ano de 2016 teve poucos desenvolvimentos nessa área. Continuaram a proceder-se às diligências necessárias para o encerramento dos projetos existentes, tendo sido ainda recebido o valor de 702.751,71€ referente a anteriores candidaturas. Em relação às transferências do Estado referentes ao FEF-Capital foi recebido o valor de 186.070,00€, muito inferior ao estimado no PAF (810.526,58€).

A Receita referente a Passivos Financeiros foi de 511.686,13€ e respeita ao empréstimo de Curto Prazo no valor de 500.000,00€, contratado para Gestão de Tesouraria e 11.686,13€ referente à última tranche do Empréstimo contraído junto do BEI para a obra participada “Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Venda de bens de investimento	134.003,39	24.582,60	18%
Transferências de capital	2.850.526,58	888.821,71	31%
Passivos financeiros	0,00	511.686,13	-
Outras receitas de capital	270,59	104.900,74	38768%
Receitas de capital.....	2.984.800,55	1.529.991,18	51%

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Face aos valores definidos no PAF as Despesas Correntes totalizaram, no final de 2016, o valor de 9.890.760,58€, 91% do estimado. Na generalidade todos os valores tiveram um nível de execução abaixo do esperado. Excetuam-se as Despesas com o Pessoal, em que o valor foi 3% superior (155.542,83€). Para isso contribuíram em grande parte os encargos para a Segurança Social, cuja previsão não terá sido corretamente elaborada, uma vez que os encargos com as remunerações certas e permanentes baixou (o valor estimado era de 4.013.413,87€ e foi executado 3.859.212,30€), contudo verificou-se um aumento na contribuição para a Segurança Social (o valor estimado era de 760.359,54€ e foram pagos encargos no valor de 1.058.322,09€, mais 297.962,55€ que o previsto).

Relativamente às Despesas de Capital, verifica-se que os valores foram igualmente inferiores aos estimados para o ano. Excetuam-se as despesas relativas a Passivos Financeiros, cujo valor foi de 1.419.245,16€, mais 491.770,39€ do que o esperado. Para isso contribuiu a amortização do empréstimo de curto prazo no valor de 500.000,00€, contraído para fazer face a dificuldades de Tesouraria.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Despesas com o pessoal	4.884.730,72	5.040.273,55	103%
Aquisição de bens e serviços	5.227.553,42	4.219.037,97	81%
Juros e outros encargos	241.742,90	178.667,22	74%
Transferências correntes	301.934,01	299.854,04	99%
Outras despesas correntes	156.158,46	152.927,80	98%
Despesas correntes.....	10.812.119,51	9.890.760,58	91%

Investimentos	1.610.000,00	429.364,25	27%
Locação financeira	36.983,32	6.942,62	19%
Bens de domínio público	1.900.000,00	233.871,00	12%
Transferências de capital	76.635,73	22.419,56	29%
Ativos financeiros	0,00	70.908,00	-
Passivos financeiros	927.474,77	1.419.245,16	153%
Despesas de capital.....	4.551.093,82	2.182.750,59	48%

Para concluir, verifica-se que o valor Total da Receita foi de 12.747.386,24€ e o valor Total da Despesa ficou em 12.073.511,17€ correspondendo a 83% e 79% dos valores estimados. Atendendo a que as previsões foram efetuadas em 2012, poderão considerar-se valores bastante aceitáveis. Em termos de saldo (receita - despesa) o ano foi concluído com um valor de 673.875,07€ superior nas receitas face às despesas do ano.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Receita corrente incluindo RNAP	12.422.266,91	11.217.395,06	90%
Despesas Correntes	10.812.119,51	9.890.760,58	91%

Receita capital	2.984.800,55	1.529.991,18	51%
Despesas de capital	4.551.093,82	2.182.750,59	48%

Receita total	15.407.067,47	12.747.386,24	83%
Despesa total	15.363.213,32	12.073.511,17	79%

Quadro IV – Mapa Previsional da Evolução da Dívida de Curto e Médio e Longo Prazo

O Quadro IV respeita à Evolução da Dívida de Curto Prazo e Médio e Longo Prazo. Assim, engloba a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo no total de 7.994.867,39€, sendo que 2.297.216,75€ respeitam ao PAEL e 5.697.650,64€ a outros empréstimos. A dívida total de curto prazo é de 2.523.515,48€, e a Dívida Total do município é de 10.518.382,87€. Relativamente ao valor estimado no PAF e em termos gerais a dívida total ficou 2,05% acima do previsto.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	Desvio
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.749.012,00	7.994.867,39	3,17%
Fornecedores gerais c/c	1.067.997,00	1.403.460,43	31,41%
Fornecedores de imobilizado - c/c	982.412,00	251.807,78	-74,37%
Estado e outros entes públicos	50.000,00	63.447,28	26,89%
Administração autárquica	3.485,00	1.387,56	-60,18%
Devedores e credores diversos	454.402,00	803.412,43	76,81%
DÍVIDA TOTAL	10.307.308,00	10.518.382,87	2,05%

Na parte final do Quadro IV estão ainda discriminados os valores referentes à Evolução do Serviço da Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo. O total de amortizações foi de 919.246€, menos 0,89% do que o estimado e o total referente a juros foi de 127.573€, menos 22,15% do que o estimado. Concluiu-se assim, que os valores executados em 2016 ficaram abaixo do estimado no PAF exceto no que respeita à amortização do empréstimo PAEL, que ficou ligeiramente superior.

Amortização EMLP	Valores estimados PAF 2016	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto
No âmbito do PAEL	220.289	229.847	4,34%
Outros EMLP	707.186	689.399	-2,52%
Total Amortizações	927.475	919.246	-0,89%

Juros EMLP	Valores estimados PAF 2016	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto
No âmbito do PAEL	71.469	65.251	-8,70%
Outros EMLP	92.399	62.322	-32,55%
Total Amortizações	163.868	127.573	-22,15%

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

Município: Entroncamento

31-12-2016

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO																	
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2016	Desvio	
	2011	2012			2013			2014			2015			2016			
Dívida de Curto prazo	8.482.344	4.890.233	6.440.209	1.549.977	3.490.736	3.012.966	-477.769	3.146.662	3.265.603	118.941	2.836.996	2.885.313	48.317	2.558.296	2.523.515	-34.781	
Empréstimos de CP				0			0			0		0	0		0	0	
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP				0			0			0			0			0	
Outra	8.482.344	4.890.233	6.440.209	1.549.977	3.490.736	3.012.966	-477.769	3.146.662	3.265.603	118.941	2.836.996	2.885.313	48.317	2.558.296	2.523.515	-34.781	
Fornecedores c/c	4.283.354	2.338.028	3.008.818	670.791	1.465.017	1.591.887	126.871	1.318.515	1.619.883	301.367	1.186.664	1.630.825	444.161	1.067.997	1.403.460	335.463	
Fornecedores de imobilizado c/c	3.103.463	1.700.136	2.197.956	497.820	1.347.616	857.459	-490.158	1.212.855	1.188.653	-24.202	1.091.569	294.163	-797.407	982.412	251.808	-730.605	
Estado e Outros Entes Públicos	49.108	50.000	52.099	2.099	50.000	79.029	29.029	50.000	63.464	13.464	50.000	63.933	13.933	50.000	63.447	13.447	
Cientes, contribuintes e utentes	0	0	53	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Administração autárquica	39.723	9.229	48.668	39.439	4.780	2.178	-2.603	4.302	1.379	-2.924	3.872	18.842	14.970	3.485	1.388	-2.097	
Outros credores	1.006.696	792.840	1.132.615	339.775	623.322	482.414	-140.908	560.990	392.226	-168.764	504.891	877.550	372.659	454.402	803.412	349.011	
Subtotal Curto prazo	8.482.344	4.890.233	6.440.209	1.549.977	3.490.736	3.012.966	-477.769	3.146.662	3.265.603	118.941	2.836.996	2.885.313	48.317	2.558.296	2.523.515	-34.781	
Dívida de Médio e longo prazo	9.293.722	10.877.623	8.558.731	-2.318.893	10.715.711	10.613.512	-102.199	9.622.086	9.552.762	-69.324	8.676.485	8.900.343	223.858	7.749.012	7.994.867	245.855	
Empréstimos	9.293.722	10.877.623	8.558.731	-2.318.893	10.715.711	10.613.512	-102.199	9.622.086	9.552.762	-69.324	8.676.485	8.900.343	223.858	7.749.012	7.994.867	245.855	
No âmbito do PAEL		2.366.538	0	-2.366.538	3.180.504	2.986.529	-193.974	2.971.741	2.756.796	-214.944	2.757.295	2.527.063	-230.232	2.537.008	2.297.217	-239.791	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	9.293.722	8.511.085	8.558.731	47.645	7.535.207	7.626.983	91.776	6.650.345	6.795.965	145.620	5.919.190	6.373.279	454.089	5.212.004	5.697.651	485.647	
Outra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros credores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Subtotal Médio e longo prazo	9.293.722	10.877.623	8.558.731	-2.318.893	10.715.711	10.613.512	-102.199	9.622.086	9.552.762	-69.324	8.676.485	8.900.343	223.858	7.749.012	7.994.867	245.855	
Total da dívida	17.776.067	15.767.856	14.998.940	-768.916	14.206.447	13.626.478	-579.968	12.768.748	12.818.365	49.617	11.513.481	11.785.655	272.174	10.307.308	10.518.383	211.075	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	
Total da dívida de natureza orçamental	17.776.067	15.767.856	14.998.940	-768.916	14.206.447	13.626.478	-579.968	12.768.748	12.818.365	49.617	11.513.481	11.785.655	272.174	10.307.308	10.518.383	211.075	

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP																																
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012 Valores Executados		Desvio	Valores candidatura		2013 Valores Executados		Desvio	Valores candidatura		2014 Valores Executados		Desvio	Valores candidatura		Valores Executados 2015		Desvio	Valores candidatura		Valores Executados 2016		Desvio					
	2011		2012 total (1.º sem. apurado + 2.º sem. estimado)	2013				2014					2015					2016														
	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros					
	SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP																															
No âmbito do PAEL			16.691	7.623	0	0	-16.691	-7.623	203.229	88.530	232.734	45.765	29.505	-42.765	208.763	82.995	229.733	77.179	20.970	-5.816	214.449	77.309	229.733	71.125	15.284	-6.185	220.289	71.469	229.847	65.251	9.558	-6.218
Outros empréstimos de médio/longo prazo	810.940	218.000	732.732	197.650	743.956	175.766	11.223	-21.884	975.878	135.819	931.748	109.627	-44.130	-26.192	884.862	118.502	832.194	95.700	-52.668	-22.802	731.155	105.650	652.650	72.629	-78.505	-33.020	707.186	92.399	689.399	62.322	-17.787	-30.078
Total	810.940	218.000	749.423	205.273	743.956	175.766	-5.467	-29.506	1.179.107	224.348	1.164.482	155.392	-14.625	-68.957	1.093.625	201.497	1.061.927	172.879	-31.698	-28.619	945.604	182.959	882.383	143.754	-63.221	-39.205	927.475	163.869	919.245	127.573	-8.230	-36.295

PAEL - Considerações Finais

Apesar de ter havido alguns desvios nos valores executados, em comparação aos que foram previstos no PAF em 2012, pode-se verificar uma evolução bastante significativa no desempenho financeiro do Município no período 2012-2016. Em 4 anos o Município conseguiu uma redução da dívida na ordem dos 4,5 M€ (passou de uma dívida de 14,9 M€ em 2012 para 10,4 M€ no final de 2016).

Atendendo a que a principal missão do município é a satisfação das necessidades básicas dos seus munícipes, designadamente, saneamento básico, abastecimento de água, educação, ambiente, desporto, ação social, etc., verifica-se que esta redução foi conseguida através de uma gestão rigorosa, tentando não pôr em causa o interesse público, a prossecução da atividade do município e não prejudicando os contribuintes e utentes. Ou seja, foi feita sem o aumento de taxas, sem o aumento dos preços da água, RSU e saneamento e diminuindo a taxa de IMI de 0,4% para os atuais 0,35%.

Com este percurso demonstrou-se que a redução da dívida pode ser feita tendo por base a contenção das despesas em detrimento do aumento das receitas.

De referir que as previsões efetuadas foram feitas em 2012, como tal, é bastante difícil prever com total exatidão o percurso do município durante os 14 anos do ajustamento, uma vez que o mesmo está sujeito a inúmeras variáveis. Contudo, há que ter presente a finalidade de todo o processo de ajustamento financeiro, o qual passa sobretudo pelo equilíbrio financeiro, que pressupõe o ajustamento das despesas às receitas efetivamente cobradas. Neste ponto considera-se que o objetivo foi cumprido, com os números que foram anteriormente apresentados.

Chama-se à atenção que os valores apresentados no presente relatório podem sofrer alterações pelo facto do ano de 2016 ainda não ter sido encerrado. A data de apresentação do relatório não está em sintonia com as datas do encerramento das contas.

3. CONCLUSÃO

Informei V. Ex.^a das atividades mais significativas e de justificado relevo que aconteceram desde a última Assembleia Municipal bem como da situação financeira atual do município.

Disponibilizo-me para quaisquer esclarecimentos complementares que contribuam para o esclarecimento da digníssima Assembleia sobre a atividade desenvolvida pelo município em prol do progresso do Entroncamento.

Entroncamento, 15 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

ANEXOS:

- POSIÇÃO ATUAL DO ORÇAMENTO DA RECEITA
- POSIÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR ECONÓMICA
- BALANCETE DO PPI
- MAPAS DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (VERSAO 2012)